



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## LIDERANÇAS - 2015

<b>BLOCO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR</b>	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Mario Henrique Caixa Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Magalhães  
Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado Luiz Humberto Carneiro  
Deputado Fábio Cherem  
Deputado Cabo Júlio  
Deputado Gustavo Corrêa  
Deputada Cristina Corrêa

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PV - BCMG  
PSDB - BVC  
PSD - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
DEM - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice- Presidente

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Iran Barbosa  
Deputado Thiago Cota  
Deputado João Vitor Xavier  
Deputado Cássio Soares  
Deputado Ivair Nogueira  
Deputado Gustavo Valadares  
Deputado Paulo Lamac

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PPS - BCMG  
PSDB - BVC  
PSD - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Fred Costa  
Deputado Wander Borges  
Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputada Geisa Teixeira  
Deputada Rosângela Reis

PEN - BCMG  
PSB - BCMG  
PSDB - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PROS - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Noraldino Júnior  
Deputado Thiago Cota  
Deputado João Leite  
Deputado Paulo Lamac  
Deputado Doutor Jean Freire

PSC - BCMG  
PPS - BCMG  
PSDB - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Leonídio Bouças  
Deputado João Alberto  
Deputado Bonifácio Mourão  
Deputado Luiz Humberto Carneiro  
Deputado Antônio Jorge  
Deputado Isauro Calais  
Deputado Cristiano Silveira

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PSDB - BVC  
PPS - BCMG  
PMN - BCMG  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputada Celise Laviola  
Deputado Durval Ângelo  
Deputado Sargento Rodrigues  
Deputado Felipe Attiê

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PDT - BVC  
PP - BVC



Deputado Fabiano Tolentino  
Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado Ivair Nogueira

PV - BCMG  
PPS - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

## COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco  
Deputada Cristina Corrêa  
Deputado Wander Borges  
Deputada Ione Pinheiro  
Deputado Thiago Cota

PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSB - BCMG  
DEM - BVC  
PPS - BCMG

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Jean Freire  
Deputado Elismar Prado  
Deputada Arlete Magalhães  
Deputado Arlen Santiago  
Deputado Glaycon Franco

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTN - BCMG  
PTB - BVC  
PTN - BCMG

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado  
Deputado Roberto Andrade  
Deputado Noraldino Júnior  
Deputado Sargento Rodrigues  
Deputado Douglas Melo

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTN - BCMG  
PSC - BCMG  
PDT - BVC  
PSC - BCMG

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças  
Deputado Anselmo José Domingos  
Deputado Tony Carlos  
Deputado João Vitor Xavier  
Deputado Fred Costa

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTC - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PEN - BCMG

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir  
Deputado Gustavo Corrêa  
Deputado Bonifácio Mourão  
Deputado Elismar Prado  
Deputado Arnaldo Silva

PSD - BCMG  
DEM - BVC  
PSDB - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge  
Deputada Ione Pinheiro  
Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputada Rosângela Reis  
Deputado Fábio de Avelar

PPS - BCMG  
DEM - BVC  
PSDB - BVC  
PROS - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira  
Deputado Durval Ângelo  
Deputado Carlos Pimenta  
Deputado Duarte Bechir  
Deputado Paulo Lamac

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PDT - BVC  
PSD - BCMG  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS



Deputado Emidinho Madeira  
Deputado Missionário Márcio Santiago  
Deputado Fábio Chereim  
Deputado Cabo Júlio

PT doB- BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTB- BVC  
PSD - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac  
Deputado Douglas Melo  
Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputado Carlos Henrique  
Deputado Ivair Nogueira

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSC - BCMG  
PSDB - BVC  
PRB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa  
Deputado Fred Costa  
Deputada Ione Pinheiro  
Deputado Cristiano Silveira  
Deputada Arlete Magalhães

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PEN - BCMG  
DEM - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTN - BCMG

## COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos  
Deputado Mário Henrique Caixa  
Deputado Antonio Lerin  
Deputado Fábio de Avelar  
Deputado João Vitor Xavier

PTC - BCMG  
PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSB - BCMG  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo  
Deputada Geisa Teixeira  
Deputado Wander Borges  
Deputado Gilberto Abramo  
Deputado Gustavo Valadares

PSC - BCMG  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSB - BCMG  
PRB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tiago Ulisses  
Deputado Vanderlei Miranda  
Deputado Rogério Correia  
Deputado Felipe Attiê  
Deputado Arnaldo Silva  
Deputado Tito Torres  
Deputado Thiago Cota

PV - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PP - BVC  
PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PPS - BCMG

Presidente  
Vice-Presidente

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado Iran Barbosa  
Deputada Marília Campos  
Deputado Gil Pereira  
Deputada Celise Laviola  
Deputado João Vitor Xavier  
Deputado Cássio Soares

PV - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PP - BVC  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PSD - BCMG

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares  
Deputado Inácio Franco  
Deputada Marília Campos  
Deputado Dilzon Melo

PSD - BCMG  
PV - BCMG  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTB - BVC

Presidente  
Vice-Presidente



Deputado Iran Barbosa

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses  
Deputado Fábio Chereim  
Deputado Tony Carlos  
Deputado Gustavo Corrêa  
Deputado BoscoPV - BCMG  
PSD - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
DEM - BVC  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira  
Deputado Bosco  
Deputado Tony Carlos  
Deputado Glaycon Franco  
Deputado João Vitor XavierPP - BVC  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTN - BCMG  
PSDB - BVCPresidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê  
Deputado Arnaldo Silva  
Deputado João Magalhães  
Deputado Roberto Andrade  
Deputado Gustavo CorrêaPP - BVC  
PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTN - BCMG  
DEM - BVC**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos  
Deputado Doutor Jean Freire  
Deputado João Leite  
Deputado Emidinho Madeira  
Deputado Fábio ChereimPT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSD - BCMGPresidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira  
Deputada Rosângela Reis  
Deputado João Vitor Xavier  
Deputado Fábio de Avelar  
Deputado Cássio SoaresPT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PROS - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSD - BCMG**COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino  
Deputado Emidinho Madeira  
Deputado Inácio Franco  
Deputado Nozinho  
Deputado Rogério CorreiaPPS - BCMG  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PV - BCMG  
PDT - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROSPresidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado João Magalhães  
Deputado Antônio Carlos Arantes  
Deputado Cristiano Silveira  
Deputado Dirceu RibeiroPV - BCMG  
PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSDB - BVC  
PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PHS - BCMG**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge  
Deputado Missionário Márcio Santiago  
Deputada Ione Pinheiro  
Deputado Léo PortelaPPS - BCMG  
PTB - BVC  
DEM - BVC  
PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROSPresidente  
Vice-Presidente



Deputado Leandro Genaro

PSB - BCMG

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Douglas Melo

PSC - BCMG

Deputado Dilzon Melo

PTB - BVC

Deputado Gustavo Corrêa

DEM - BVC

Deputado Vanderlei Miranda

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Antonio Lerin

PSB - BCMG

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Gilberto Abramo

PRB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente

Deputado Léo Portela

PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Vice-Presidente

Deputado Dilzon Melo

PTB - BVC

Deputado Tiago Ulisses

PV - BCMG

Deputado Cássio Soares

PSD - BCMG

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Rogério Correia

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado João Alberto

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Bonifácio Mourão

PSDB - BVC

Deputado Wander Borges

PSB - BCMG

Deputado Fabiano Tolentino

PPS - BCMG

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Arlen Santiago

PTB - BVC

Presidente

Deputado Carlos Pimenta

PDT - BVC

Vice-Presidente

Deputado Glaycon Franco

PTN - BCMG

Deputado Doutor Jean Freire

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Ricardo Faria

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Antônio Jorge

PPS - BCMG

Deputado Dalmo Ribeiro Silva

PSDB - BVC

Deputado Fred Costa

PEN - BCMG

Deputado Leonídio Bouças

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Celinho do Sinttrocel

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sargento Rodrigues

PDT - BVC

Presidente

Deputado João Leite

PSDB - BVC

Vice-Presidente

Deputado João Magalhães

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputada Celise Laviola

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Cabo Júlio

PMDB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Carlos Pimenta

PDT - BVC

Deputado Bonifácio Mourão

PSDB - BVC

Deputada Cristina Corrêa

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Emidinho Madeira

PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Deputado Mário Henrique Caixa

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Celinho do Sinttrocel

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente

Deputada Geisa Teixeira

PT - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Vice-Presidente

Deputado Isauro Calais

PMN - BCMG

Deputado Gil Pereira

PP - BVC



Deputado Tito Torres

PSDB - BVC

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mário Henrique Caixa  
Deputado Bosco  
Deputado Dirceu Ribeiro  
Deputado Felipe Attiê  
Deputado Bonifácio Mourão

PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PHS - BCMG  
PP - BVC  
PSDB - BVC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra  
Deputado Anselmo José Domingos  
Deputado Celinho do Sinttrocel  
Deputado Neilando Pimenta  
Deputado Gustavo Valadares

PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PTC - BCMG  
PCdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PP - BVC  
PSDB - BVC

Presidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela  
Deputado Cássio Soares  
Deputado Arnaldo Silva  
Deputado Felipe Attiê  
Deputado Luiz Humberto Carneiro

PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PSD - BCMG  
PR - BLOCO PT, PMDB E OUTROS  
PP - BVC  
PSDB - BVC

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes  
Deputado Felipe Attiê  
Deputado Roberto Andrade  
Deputado Antonio Lerin  
Deputado Fábio de Avelar

PSDB - BVC  
PP - BVC  
PTN - BCMG  
PSB - BCMG  
PTdoB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
Deputado Neilando Pimenta  
Deputado Anselmo José Domingos  
Deputado Wander Borges  
Deputado Carlos Henrique

PSDB - BVC  
PP - BVC  
PTC - BCMG  
PSB - BCMG  
PRB - BLOCO PT, PMDB E OUTROS

**COMISSÃO DE ÉTICA**

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Luiz Humberto Carneiro  
Deputado Gilberto Abramo  
Deputado Gustavo Corrêa  
Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado Tiago Ulisses  
Deputado Rogério Correia  
Deputado Durval Ângelo

PSDB - BVC  
PRB - PT, PMDB E OUTROS  
DEM - BVC  
PV - BCMG  
PV - BCMG  
PT - PT, PMDB E OUTROS  
PT - PT, PMDB E OUTROS

Presidente  
Vice-Presidente

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta  
Deputado Cristiano Silveira  
Deputado Dilzon Melo  
Deputado Thiago Cota  
Deputado Glaycon Franco  
Deputado Ivair Nogueira  
Deputado Leonídio Bouças  
Ouvidor-Geral: Deputado

PDT - BVC  
PT - PT, PMDB E OUTROS  
PTB - BVC  
PPS - BCMG  
PTN - BCMG  
PMDB - PT, PMDB E OUTROS  
PMDB.-PT, PMDB E OUTROS

**SUMÁRIO****1 - ATA**

1.1 - Reunião de Comissão

**2 - MATÉRIA VOTADA**



- 2.1 - Plenário
- 3 - ORDENS DO DIA**
- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 4.1 - Comissões
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 - ERRATAS**



ATA

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2015

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Consequência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Rafael Arcângelo Machado, encaminhando manifestação sobre o aumento da violência e da criminalidade no Estado, apesar do crescente investimento em segurança pública; Marcos, encaminhando sugestão para aprovação de projeto de lei determinando o fechamento de bares localizados em áreas residenciais, às 22 horas; Carlos, encaminhando denúncias de tráfico de drogas e homicídios na região Centro-Sul de Belo Horizonte; Clodoaldo João Duarte, encaminhando solicitação de esclarecimento sobre a correta interpretação do Decreto nº 44.546, de 2007, que dispõe sobre o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira de Habilitação e à troca de categoria, pois entende que o cidadão tem o direito de optar por uma clínica credenciada localizada próxima à residência ou trabalho, o que não ocorre; Alexandre Aristóteles Carneiro, encaminhando denúncia de que foi preso injustamente ao tentar lavar um boletim de ocorrência na delegacia, uma vez que a mãe de sua filha não queria entregá-la para passar o final de semana com ele; Jerônimo Francisco da Costa Pimentel, encaminhando denúncia de violação do direito de ir e vir previsto na Constituição Federal, pois, em dias de jogos no Estádio Independência, os moradores do entorno não conseguem transitar livremente; José Geraldo Costa, encaminhando denúncia de que a cidade de Presidente Bernardes está abandonada pelo poder público, pois estão ocorrendo constantes assaltos, furtos, roubos e sequestros, e há somente um policial por plantão; Diomar, encaminhando solicitação para que seja debatida a segurança pública na cidade de Montes Claros; Givaldo da Silva Martins, encaminhando denúncias de espancamentos, choques e ameaças praticados por policiais militares lotados no Município de Nova Porteirinha contra os cidadãos; Marcus C. de Almeida, solicitando providências contra o aumento da violência no Município de Quartel Geral; comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Jefferson Botelho Pereira, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária de Minas Gerais (22/1/15); da Sra. Cristiane Coelho, assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social (20/2/15). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1 a 7, 9, 10, 12, 13, 15, 18 a 25, 27 a 44, 61, 104, 105, 108, 121 a 136/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Atendendo a requerimento do deputado Cabo Júlio, aprovado pela Comissão, é adiada a votação dos seguintes requerimentos:

- nº 18/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança no Bairro Belvedere;
- nº 19/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança nas nove regionais do Município de Belo Horizonte e as providências que vem sendo tomadas pelo poder público municipal para a solução do problema;
- nº 20/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança nos Bairros São Bento e Santa Lúcia, em Belo Horizonte;
- nº 21/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os serviços prestados ao idoso pela Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa;
- nº 22/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião com convidados para ouvir a Polícia Militar e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sobre o projeto Olho Vivo;
- nº 23/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança dos taxistas e dos usuários desse serviço no Estado, as medidas tomadas para intensificar a fiscalização dessa modalidade de serviço e as deliberações resultantes do Fórum Permanente de Taxistas;
- nº 24/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança no entorno das escolas públicas e particulares de Belo Horizonte;
- nº 25/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a segurança nos condomínios residenciais de Nova Lima;
- nº 26/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir sobre a segurança nas casas lotéricas do Estado;





nº 27/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para conhecer o plano de segurança contra incêndio e pânico adotado no Estado e os critérios exigidos para a emissão de alvará de funcionamento de casas noturnas e afins;

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 67/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja autorizada a convocação dos candidatos excedentes do Curso de Formação de Sargentos - CFS - BM/2014, tendo em vista a falta de efetivo na Instituição e a possibilidade de aproveitamento de todos os excedentes;

nº 68/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níquel apreendidas nos últimos doze meses e o sobre o número de Reds dessas apreensões;

nº 69/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja autorizada a convocação dos excedentes ao cargo de perito criminal da Polícia Civil - Acadepol -, tendo em vista a falta de efetivo na Instituição e a possibilidade de aproveitamento dos excedentes;

nº 70/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado manifestação de aplauso pela nomeação dos excedentes ao cargo de agente de segurança prisional, referente ao Edital Seplog - Seds nº 03/2012;

nº 71/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Itabirito, para debater a atual situação do Rio Itabirito;

nº 72/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para o restabelecimento do posto policial do Distrito de Douradinho, no Município de Machado, tendo em vista o progressivo aumento de crimes na região, bem como a sensação de insegurança vivenciada pela população;

nº 73/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a implantação de um posto policial no Distrito de Macuco de Minas, no Município de Itumirim, tendo em vista o progressivo aumento de crimes na região, bem como a sensação de insegurança vivenciada pela população, observada a segurança dos policiais militares na execução de suas funções;

nº 74/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Andradas para debater a questão da segurança e suas repercussões em toda a região Sul de Minas;

nº 75/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o aumento absurdo de furtos e roubos de aparelhos celulares no Estado, bem como a adoção de medidas de segurança pública para coibir esta prática;

nº 76/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os candidatos excedentes aprovados no concurso público para provimento do cargo de segurança penitenciário estadual, realizado em 2012;

nº 77/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a total falta de suporte estrutural e logístico aos bombeiros militares do 3º BBM, em que pesem os recursos advindos do pagamento da taxa de incêndio no Estado de Minas Gerais;

nº 78/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião para proceder à entrega das manifestações de aplauso aos Cels. PM Márcio Martins Sant'Ana e Divino Pereira de Brito pelo brilhante desempenho das funções de comandante e de chefe do Estado Maior da Polícia Militar respectivamente, nos termos do Requerimento nº 43/2015;

nº 79/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os graves atos de ingerência realizados pelo Prefeito Municipal de Campo Azul, Sr. Arnaldo Alves de Oliveira, na política de segurança pública local;

nº 80/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja debatido, juntamente com os presidentes das comissões permanentes, a aplicação do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, tendo em vista as constantes questões controversas que estão sendo postas quanto à autoria dos requerimentos de congratulações com servidores da segurança pública pelas notórias ações realizadas em cumprimento do seu dever público.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Celise Laviola - Cabo Júlio - João Magalhães.



## MATÉRIA VOTADA

### MATÉRIA VOTADA NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2015

Foram aprovados, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.706/2015, do governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 2, e os arts. 46, 49, 50 e 73, destacados, do Substitutivo nº 2; e rejeitado o art. 11 da Lei Delegada nº 180, de 2011, a que se refere o art. 6º, destacado, do Substitutivo nº 2. Pendente a apreciação do art. 74, destacado, do Substitutivo nº 2, e das Emendas nºs 1 a 70.



**MATÉRIA VOTADA NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2015**

Foi aprovado, em turno único, o art. 74, destacado, do Substitutivo nº 2 do Projeto de Lei nº 5.706/2015, do governador do Estado; e foram rejeitadas as Emendas nºs 1 a 70. O Projeto de Lei nº 5.706/2015, do governador do Estado, salvo o art. 74, destacado, do Substitutivo nº 2, o art. 11 da Lei Delegada nº 180, de 2011, a que se refere o art. 6º, destacado, do Substitutivo nº 2, e as Emendas nºs 1 a 70, foi aprovado, em turno único, na forma do Substitutivo nº 2, na 13ª Reunião Ordinária realizada hoje, à tarde.



**ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/3/2015**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.707/2015, do governador do Estado, que extingue a Ouvidoria-Geral do Estado - OGE. (Faixa constitucional). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater as violações dos direitos sociais dos atingidos por barragens e pela mineração no Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/3/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 194/2015, do deputado Doutor Jean Freire; e 195/2015, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o Cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Isauro Calais, Anselmo José Domingos, Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2015, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues, indicado ao cargo de presidente da Fundação João Pinheiro, de discutir e votar o parecer para turno único sobre a Indicação nº 3/2015, do governador do Estado, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2015**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Rogério Correia, Thiago Cota e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2015, às 14h50min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

João Leite, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Carlos Henrique, Dalmo Ribeiro Silva e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 4/3/2015**

A deputada Cristina Corrêa\* - Boa tarde a todos. Hoje começamos a votar aqui, na Assembleia, a reforma política. Entre elas, a criação da secretaria de reforma agrária. Há muitas pessoas aqui apoiando o movimento da reforma agrária. Muito obrigada pelo apoio. Hoje votamos também a criação da secretaria de mulheres. Sabemos o quanto é preciso mais mulheres envolvidas na política. O nosso espaço ainda é muito pequeno. Aqui, na Assembleia, temos apenas 10% de mulheres em meio a tantos homens. É um espaço ainda muito masculino. Então, estamos trabalhando para que realmente os espaços da mulher, do trabalhador se ampliem. Estamos com vocês. Contem com o nosso apoio.

Sou professora, lecionei durante nove anos em sala de aula e sei dos problemas que estão enfrentando aí os servidores da Lei nº 100. Infelizmente vocês estão herdando um problema muito grande. O governo Pimentel está herdando um problema que veio da gestão anterior, do governador Aécio Neves, que criou uma lei, e agora vocês estão tendo de passar por todo esse sofrimento. Sabemos que a Lei nº 100 favoreceu muita gente. Quem está aí é trabalhador que está lutando pelos seus direitos, mas temos de ver a constitucionalidade dessa lei.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Cristina. Quero parabenizar a deputada Cristina Corrêa e saudar a companheirada da reforma agrária presente aqui. E saudar as companheiras mulheres da reforma agrária que estão aqui presente conosco. É um passo importante do governador Fernando Pimentel criar agora a secretaria da agricultura familiar e da reforma agrária. Há muito tempo que se procura a criação de uma reforma agrária e da agricultura familiar em Minas. É uma reivindicação já antiga dos servidores que trabalham no campo, dos nossos agricultores, que há muito procuram obter uma secretaria própria.

Cristina, até hoje, só funciona em Minas Gerais a secretaria dos grandes, grandes produtores, dos latifundiários, das grandes empresas agrícolas. A secretaria para os mais pobres e trabalhadores rurais é uma luta de muito tempo que agora está preste a acontecer, com o projeto de lei enviado a esta Casa pelo governador Fernando Pimentel, e faz parte da reforma administrativa, que, daqui a pouco, estaremos votando, fazendo com que a Fetaemg, a Fetraf, o MST, os trabalhadores do campo possam obter a sua secretaria e as políticas públicas para a agricultura familiar.

Então, peço uma salva de palmas para os agricultores familiares e a reforma agrária, a fim de que Minas Gerais produza ainda mais alimentos. É uma grande saudação aos nossos companheiros da reforma agrária.

Cristina, aqui presente há também um tema polêmico que diz respeito à antiga Lei nº 100. Encontra-se aqui, na Assembleia Legislativa, uma emenda constitucional, uma PEC que já foi julgada inconstitucional no Supremo. Chamo-a de PEC da Demagogia.

Para que os trabalhadores e as trabalhadoras entendam, o PSDB está prometendo que, sem concurso público, vai efetivar novamente as professoras. Todos sabem que se trata de demagogia. A Assembleia não pode efetivar professores e nenhum servidor, não temos o dom de efetivar depois que a Constituição e o Supremo disseram que, para efetivação, tem de ser através de concurso público. Mas a demagogia pode ser feita por quem quiser fazer, acredita em demagogia quem quiser acreditar, e o PSDB está prometendo que vai efetivar. Paciência.

A deputada Cristina Corrêa\* - Deputado Rogério Correia, acredito que os servidores da Lei nº 100 têm de ser respeitados. Temos de agir da melhor forma para que eles não sejam feridos. Sou professora, entendo essa luta, o sofrimento, mas também o direito dos concursados. Como professora, já participei de diversos concursos públicos. Sabemos a luta que é ocupar uma vaga de concurso. Então, lutamos para que vocês não sejam desrespeitados como também aqueles que fizeram concurso público não tenham violados os seus direitos. É essa a minha luta como professora a fim de que a educação seja valorizada. Os professores não podem ser mais desvalorizados e desrespeitados, como aconteceu na gestão anterior do governador Aécio Neves. É um desrespeito com a classe e com a categoria, um desrespeito que vocês não precisavam estar passando. Essa lei é totalmente arbitrária, contra tudo o que vocês lutaram durante todos esses anos em sala de aula.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Cristina Corrêa, é o que eu dizia: o desrespeito com os trabalhadores da Lei nº 100 é tão grande que eles iludem os trabalhadores prometendo algo que não pode ser feito, que é a efetivação sem concurso. Deputada, estamos buscando uma solução viável para a questão da Lei nº 100. Gostaria de chamar a atenção dos professores aqui para ter uma expectativa de solucionar esse problema.

Agora, a partir do dia 31, os professores perderão o vínculo com o Estado por ordem do Supremo, e eles sabem disso. Portanto, no dia 31 de março todos estarão perdendo o vínculo com o Estado, o que seria muito ruim. Estou sugerindo - essa apresentação farei daqui a pouco - uma emenda dentro da reforma administrativa propondo que esses servidores não percam agora o seu vínculo com o Estado, mas que prorroguemos esse vínculo através da designação automática dos professores.

Nesse sentido, eles não perderiam o vínculo e passariam, como manda o Supremo, a serem designados, podendo, portanto, permanecer no Estado.

A deputada Cristina Corrêa\* - Professores, lutamos aqui para buscar uma forma melhor de resolver todo esse problema sem ferir a Constituição, porque essa PEC é uma agressão à lei, é uma agressão a todos vocês servidores.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Então, Cristina, para não tomarmos uma posição de enganar os professores, precisamos dizer a verdade. É muito fácil eu chegar aqui e falar: "Professoras, fiquem tranquilas. Amanhã vou efetivar todas vocês com uma lei", e coloco na lei que todas serão efetivadas. É uma bela mensagem que darei aos professores e às professoras, mas que estarão iludidos porque nós aqui não temos o poder de efetivar professoras sem concurso público. Então, precisamos ter uma saída. Estamos buscando essa saída entrando em contato com a própria Secretaria de Educação, com as lideranças, com o sindicato, para que isso aconteça. Na hora certa vou apresentar isso.

A deputada Cristina Corrêa\* - Professores, contem conosco. Em tudo o que for constitucional estaremos ao lado de vocês. Queremos lutar junto pelos seus direitos. Podem contar com isso.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero parabenizar a deputada Cristina Corrêa por também trazer o tema da reforma agrária e não cair na tentação fácil de fazer demagogia e prometer coisa que não pode. Por isso quero parabenizá-la.

\* - Sem revisão da oradora.

O deputado Cabo Júlio\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, deixem-me tentar falar. Eu gostaria de trazer uma discussão aqui, deputado Rogério Correia. Nós, políticos, criamos esse problema, e agora temos que tentar achar uma solução para um problema que nós criamos. (- Manifestação nas galerias.) Espere aí, gente. Deixe-me falar, por favor.

O presidente - Solicito às pessoas das galerias que deixem o deputado falar. Precisamos votar dentro de pouco tempo, hoje ou amanhã, e, quanto mais obstrução, pior. Pedimos a compreensão das pessoas das galerias, pedimos que deixem o deputado falar, para que os projetos que interessam a vocês mesmos sejam viabilizados. Então, pedimos silêncio, se possível. Com a palavra, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio\* - Passei ali, vi a manifestação dos professores, parei e conversei com alguns deles. Muitos são do Colégio Tiradentes. A ideia era tentar achar uma solução. Esse é um problema...

Espere, gente; calma. Esse é um problema que, querendo ou não, é real. Nós, do mundo político, criamos um problema. A Assembleia votou essa lei que efetivou os servidores. Por outro lado...

Espere, gente. Essa lei fez com que professores não fizessem o concurso seguinte, porque achavam que a sua situação estava resolvida. Receberam uma cartinha dizendo que não precisavam fazer concurso porque a situação estava resolvida. Tentou-se resolver um problema de uma categoria de servidores que entraram no Estado, num primeiro momento, num contrato temporário de 6 meses, 1 ano, que viraram 2, 5, 10, 20, 25 anos. O que acontece?

Eu nem votei a lei, nem estava aqui. Estou tentando achar uma solução, e não achar um culpado. Aumentem o som, por favor. O Ministério Público entrou com uma ação - todo o mundo sabe disso - dizendo... Não tem jeito, só se eu me assentar, porque estou abaixando o máximo que posso para falar ao microfone.

O Ministério Público entrou com uma ação expondo basicamente que não há como efetivar um servidor público sem concurso público.

Espere, gente. Essa foi a fala do Ministério Público. Não adianta questionar, essa foi a decisão judicial. Vamos tentar encontrar uma solução. O Ministério Público fez esse questionamento, dizendo que não há como um servidor de qualquer natureza, depois da Constituição de 1988, ser efetivado sem concurso público. Isso fere o art. 37 da Constituição. Essa lei foi considerada inconstitucional



em abril do ano passado. Do ponto de vista legal, uma vez que a lei foi considerada ilegal, todas as pessoas que estavam nessa situação teriam que ser demitidas do serviço público imediatamente.

O que o Supremo fez? Criou um período de regulação. Ou seja, o efeito daquela lei duraria um ano.

Qual era a ideia? Havia inicialmente cerca de 90 mil servidores que perderiam o emprego. Nesse período de um ano, qual foi a orientação para as SREs? Não tratem de nada, tratem apenas dos professores da Lei 100 que estão em fase de aposentadoria. Porque 90 mil pessoas iam perder o emprego e, se conseguissem salvar, 10 mil, 20 mil, 30 mil, haveria menos pessoas com problemas de ser demitidas. Então esse número caiu para mais ou menos 60 mil.

Gente, se vocês sabem, então achem uma solução. Estamos tentando construir. Se não tiverem paciência... Não é no grito que se resolvem as coisas. O que acontece? Essa lei vai acabar em abril. O que o governo do Estado fez? Tentou um embargo de declaração, um recurso para que essa decisão, de que em abril teria de demitir, ganhasse mais um tempo, mais seis meses ou um ano, para que mais servidores, nesse período do embargo de declaração, pudessem alcançar o tempo de aposentadoria. Isso porque, em vez de ter de se resolver o problema de 90 mil pessoas, seria resolvido o de 30 mil, e sobrariam 60 mil se ferrando. Então diminuiria para o menor número de pessoas possível para que não perdessem o emprego. Isso porque, em qualquer solução que se tentasse construir, seria com um número menor de pessoas. Essa é a ideia.

Feito isso, podemos dizer o seguinte: isso é uma vergonha com o servidor? É. Podemos dizer que é uma imoralidade? É. Mas a discussão foi judicial. O que se tem de tentar agora... Gente, podemos esperar o tanto que quisermos. Mas estamos dizendo que foi uma decisão judicial. No Supremo não tem mais conversa. O nosso desafio agora é tentar encontrar uma solução, porque o servidor que entrou nesse barco não é culpado de estar dessa forma, então que ele não seja o grande perdedor da história. Esse é o nosso desafio. Não é um desafio fácil. E por que não é um desafio fácil? Porque votar outra lei ou outra PEC com a mesma inconstitucionalidade é vender mentira para as pessoas. Não podemos votar uma nova emenda, uma nova lei também inconstitucional. Gente, estou tentando aqui construir, junto com vocês, uma solução.

Presidente, encerro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e público presente, que se manifesta, com muita justiça, nesta Casa, nesta tarde, ocupo esta tribuna para me posicionar em relação à matéria que está em trânsito nesta Casa, prestes a entrar na segunda votação: nossa pequena reforma administrativa, como assim a intitula o governo em relação aos cargos cuja criação ora propõe. Queria anunciar a este Plenário e aos pares desta Casa que estamos apresentando uma proposição em relação à política de enfrentamento das questões do álcool e drogas, propondo uma subsecretaria também na saúde.

Todos os espaços em que avançamos, seja em nível nacional ou internacional, tiveram um protagonismo maior da saúde, deputado Mourão. Portanto, neste momento, apresentamos essa proposição que visa fortalecer essa difícil política no seu exercício intersectorial, mas que deverá ter sempre na saúde talvez o seu sustentáculo.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Deputado Antônio Jorge, parabéns pela luta contra o *crack*, mas estamos em outras lutas muito grandes. A primeira delas é com o governo federal do PT, que prometeu uma pátria educadora, mas cortou R\$7.000.000.000,00 da educação, acabou com o Fies e com o ProUni, e agora a história está se repetindo aqui em Minas Gerais. Como ele vai cuidar da educação, se, na reforma administrativa - em que estão traindo os deputados -, está sendo colocado que o superintendente de ensino pode ser eternamente de recrutamento amplo? Isso vai modificar a lei. Há leis que devem ser de recrutamento restrito e ter certificação. Agora o ex-advogado do PT, que virou ministro do Supremo, cravou uma faca em 100 mil famílias. Então, temos de buscar soluções. O projeto de lei era inconstitucional e foi colocado pelo Supremo. O próprio governo ainda está tentando recorrer. Que ideia é essa? Como é isso?

E há mais, deputado Antônio Jorge: se era inconstitucional, estamos fazendo uma emenda à Constituição que o PT não nos deixou votar no ano passado e não está querendo votar agora, neste ano. Deixem-nos votar. Se tivermos um governo que gosta dessas mães e pais de família, que estão há 15, 20, vinte e tantos anos defendendo a educação dos nossos filhos, vamos ver quem vai votar contra uma emenda constitucional. Aí ela será constitucional. Se alguém votar contra, queremos que o governo do PT defenda este povo que está aqui, que tanta alegria, tanta luta deu ao povo de Minas Gerais. Então, vamos votar. Vamos ver quem vai votar contra e quem vai levá-la ao Supremo, porque até lá o que tem de acontecer? O governo do Estado terá de nomear novamente o pessoal da Lei nº 100, de acordo com a PEC nº 3. É só fazer isso.

Vêm aqui e falam de reforma agrária. Eu sei o que é reforma agrária. Há 12 anos, nem a Codevasf, nem o Dnoc e nem o Incra, ninguém põe água para os coitados da Barra do Guaiçuí. Não constroem as casas também e não os deixam trabalhar. Servem apenas de massa para resolver algum problema.

Temos de votar a PEC nº 3 e cuidar da reforma administrativa. O Estado não tem dinheiro e vai criar mais 3 secretarias, 10 subsecretarias e mais de 100 cargos, para fazer o quê? Botar gente lá para contribuir mensalmente?

Já basta a Petrobras, já bastam os problemas que o País tem, como o aumento da luz, do combustível e de tudo mais. A oposição vai entrar com uma proposta para ajudar o atual governador, que prometeu que diminuirá o ICMS da conta de luz. Vamos apresentar uma emenda porque, com o aumento da conta de luz, o excesso de arrecadação pode ser revertido para as professoras, para os pequenos trabalhadores da agricultura. PEC nº 3 neles!

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* - Muito obrigado, deputado Antônio Jorge. Agora há pouco ouvi o PT dizendo que a Lei nº 100 é uma vergonha. Esse é um dos maiores absurdos que ouvi nesta Casa. Vergonha é deixar 100 mil pais e mães de família sem seu direito trabalhista. Onde já se viu um país onde as pessoas acordam cedo para educar os filhos e, do dia para a noite, perdem seus direitos trabalhistas? A força da lei não pode ser maior que a sensibilidade de entendermos a vida de pais e mães. Entre a lei e a vida de cada um que está aqui, estou do lado das famílias. Minha sogra se aposentou há poucos meses como professora de escola pública do Estado. Ela teve de enfrentar até arma dentro de escola, deputado Antônio Jorge. Até arma ela enfrentou na sala de aula. Agora alguém vai chegar e dizer que ela não tem mais seus direitos trabalhistas?



Sou aluno de escola pública. Se estou aqui hoje é porque me formei em escola pública. Sou aluno de muitos que estão aqui. Tenho recebido a manifestação de tantos. Não podemos tratar com a frieza da lei a vida de pais e mães. Se pudermos aprovar a PEC nº 3 e salvar o direito trabalhista de pais e mães, assim temos de fazer. Como bem disse o deputado Arlen Santiago, não podemos tratar o problema como alguns querem tratá-lo. Se o problema é de inconstitucionalidade, vamos refazer a Constituição do Estado, o que a PEC nº 3 está propondo. O que não podemos, deputado Antônio Jorge, é virar as costas para a realidade de pais e mães que saíram de suas casas durante anos para educar os filhos no nosso estado sem ganhar o que merecem, sem terem o tratamento adequado.

Quero dizer mais: agora todos podem ver qual foi o preço da traição do sindicato. O preço foi a troca pelas regionais de educação. Vocês foram trocados e trocadas pelas indicações políticas para as regionais de educação. Esse foi o preço que o sindicato cobrou de cada um. Onde está o sindicato neste momento? Por que ele não está ao lado dos educadores? Onde está o partido que se diz dos trabalhadores, que diz estar ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras de nosso estado?

Estaremos aqui ao lado dos educadores porque cada direito trabalhista que foi preservado já é uma vitória. Quarenta mil pais e mães que educaram nossos filhos já conseguiram se aposentar pela Lei nº 100. Vamos lutar por mais 10 mil, por mais 15 mil, por mais 20 mil, por mais 50 mil. Esse tem de ser o objetivo desta Casa. Não podemos transformar a letra fria da lei na insensibilidade. Essas pessoas merecem a dignidade e merecem seu direito trabalhista. Certas coisas são impensáveis. É por isso que o PT está se dissolvendo. Ele se diz partido dos trabalhadores, mas não está ao lado da classe operária e do trabalhador há muitos anos. Essa é a verdade, deputado Antônio Jorge. Essa é a realidade. Enquanto o professor está na sala, dando aula, com o pó de giz, infelizmente o PT está sentado realizando negociações, preocupado com o dinheiro da Petrobras. Essa é a realidade do nosso país.

Já encerro agradecendo a gentileza e a generosidade do aparte dizendo que precisamos desta Casa unida em torno dos educadores de nosso país. Já está claro qual foi o preço da traição do sindicato. Trocou os educadores pela indicação política, pela canetada, pelas regionais de educação. Para nós, vocês valem muito mais que isso.

O deputado Antônio Jorge\* - Fique à vontade, deputado Lafayette. Não vou interromper V. Exa., mas vou pedir a atenção do público, que se manifesta de forma física, para que o pronunciamento do deputado Lafayette de Andrada possa ser absorvido por todos os presentes.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Agradeço-lhe. Serei breve, deputado Antônio Jorge. Queria apenas fazer um pequeno comentário. O governo de Minas, no início do ano, encaminhou para a Assembleia Legislativa a reforma administrativa, e agora encaminha um novo substitutivo. V. Exa. acaba de dizer que ele encaminhou o projeto substitutivo da reforma administrativa, que trata da criação de muitos cargos, do aumento dos cargos comissionados. É uma longa reforma. Em nenhum momento questionamos isso, deputado Antônio Jorge. Em todo o texto da reforma administrativa o governo não fala sequer uma letra sobre os profissionais da educação da Lei nº 100. Essa é a traição sobre a qual o deputado João Vítor Xavier estava dizendo. Ele falava sobre a traição do sindicato, a traição do PT, numa longa reforma administrativa, em que foram criados cargos e secretarias. Criaram-se organismos, mas não houve nenhuma letra e nenhuma vírgula tratando dos professores da Lei nº 100. Isso é um vexame, deputado Antônio Jorge. O governo do PT virou as costas para a educação, virou as costas para os professores, traiu os designados da Lei nº 100 e não quer deixar que a PEC seja votada neste Plenário. Deputado Antônio Jorge, era só essa a consideração que queria fazer.

O deputado Antônio Jorge\* - Obrigado pela contribuição. Todos os assuntos dizem respeito à reforma administrativa proposta, presidente, e eu, nesse exíguo tempo que me resta, quero me manifestar com uma máxima que vale para esta Casa do povo, que é também a Casa das leis, da formulação legal. Nem sempre o que é legal é justo. Entre o legalismo e a justiça, em certas situações, temos de ficar com a justiça e acolher a demanda das classes trabalhadoras. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A deputada Ione Pinheiro\* - Boa tarde, presidente. Boa tarde meus amigos deputados, boa tarde educação, boa tarde servidores. Sejam bem-vindos a esta Casa. Esta Casa é de vocês.

Sou filha de uma educadora, Irene Pinheiro, uma mulher que sempre lutou e defendeu a educação. Sou irmã do ex-deputado Dinis Pinheiro, que foi o presidente desta Casa e um dos maiores defensores dos servidores da Lei nº 100, portanto não posso ficar omissa neste momento. Quando o Estado precisou, chamou vocês. Vocês foram usados e serviram de boa-fé, agora não podemos virar as costas para vocês. O Estado tem o compromisso com o pessoal da Lei nº 100, sim. Não podemos ficar omissos.

Acho muito engraçado que, quando nosso amigo, o ex-prefeito Célio de Castro ficou doente, deram um jeitinho. Deram um jeitinho para aposentá-lo. Isso é engraçado. É.

Quando Tancredo Neves faleceu, deram um jeitinho para aposentar D. Risoleta. E agora com vocês? O que é isso? Sei que legislamos para o futuro, mas temos uma questão que precisa ser resolvida agora. Realmente, mudou o governante, mas o Estado é único e foi constituído para defender a população. Voto na PEC nº 3. Contem comigo. Estou aqui junto com vocês. Que Deus os abençoe!

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Deputada Ione Pinheiro, é um prazer muito grande apartear-la, ainda mais conhecendo suas origens, como conhecemos. Conhecendo o deputado Dinis Pinheiro, que foi um dos grandes presidentes da história deste Legislativo, nosso amigo particular e nosso afilhado de casamento, estamos aqui para testemunhar todas as palavras que V. Exa. disse a respeito do grande presidente, grande deputado e amigo Dinis Pinheiro, e assinar embaixo delas. V. Exa. sabe que na Bíblia há um ensinamento que diz que toda árvore que dá bons frutos os espalha para os irmãos, e assim por diante. Tenho certeza de que V. Exa. seguirá as trilhas e o exemplo do deputado Dinis Pinheiro nesta Casa.

Mas, sobre o assunto que V. Exa. abordava a respeito da Lei nº 100, quero deixar algo bem esclarecido, pois parece que os deputados do PT querem espalhar a confusão para evitar votar e permitir que essas pessoas voltem para o lugar de onde não deveriam ter saído. A verdade é a seguinte: este Plenário, deputado Dalmo Ribeiro Silva, não é fórum bastante para declarar uma lei inconstitucional ou não. O fórum bastante para dizer se ela é inconstitucional ou não é a Comissão de Justiça, da qual V. Exa. foi um excelente presidente. Este Plenário vota, sobretudo, as questões políticas, e aqui não se pode trazer uma questão referente à Constituição, deputado Sargento Rodrigues.



Então, ao votar uma questão política, temos que levar em consideração o seguinte: nos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, o Ministério da Educação considerou a educação pública de Minas Gerais, nas primeiras séries dos ensinos fundamental e básico, a 1ª do Brasil, e, nas últimas séries dos ensinos fundamental e básico, a 2ª do Brasil. Citei os três governadores Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, mas essa classificação do Ministério da Educação não se deve somente a eles nem tão somente à secretária de Educação, mas a este professorado, a este pessoal que trabalhou sobremaneira para que Minas fosse classificada da forma como foi.

Deputado Antônio Carlos Arantes, deputado Hely Tarquínio, nós aqui neste Plenário precisamos votar com justiça, e, muitas vezes, a justiça precisa superar a letra da lei. E não há nenhuma lei, com clareza, dizendo que é inconstitucional a PEC por que tantos de nós lutamos, no ano passado, para votar, mas que o PT não deixou, obstruiu, não aceitou votar e continua obstruindo. E o pior é que estamos às vésperas de essas pessoas serem colocadas definitivamente na rua. Entretanto, antes disso, estamos juntos com vocês para lutar dia e noite a fim de que sua situação seja regularizada e vocês continuem em seus cargos. Aí, sim, se aprovarmos essa PEC, o PT poderá arguir sua inconstitucionalidade. Ficaremos cinco anos ou mais discutindo na Justiça, enquanto vocês voltarão a trabalhar, muitos se aposentarão, e faremos justiça a todos.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Tenho um documento, líder, que é muito importante. Inicialmente, cumprimento a deputada Ione pela postura firme que adotou em relação à matéria. Peço a atenção de todos, principalmente do pessoal da Lei nº 100, para que não sejam enganados com a fala de deputados do PT neste Plenário e compreendam a situação. Façam bastante silêncio. Passarei a cópia de uma lista a vocês mostrando os deputados do PT e do PMDB que votaram a favor da Lei nº 100. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o seguinte: quando um deputado ou uma deputada do PT adentram este Plenário e ocupam a tribuna para dizer que a PEC nº 3 é inconstitucional, devem ser indagados se são ministros do STF. Porque quem pode declarar se uma lei é ou não inconstitucional não é o juiz de primeira instância, não é o juiz do STJ nem do TJ, e sim os ministros do STF.

Quero trazer algumas informações, e é bom que vocês saibam por que ocorreu essa armadilha, e o ministro relator era Dias Toffoli. Quem era Dias Toffoli? Advogado de que partido? Do PT. O que mais me deixa estarecido e extremamente preocupado, deputada Ione, ilustres colegas deputados, é um deputado vir aqui e dizer que a PEC é inconstitucional. Espere aí, a PEC não foi aprovada, não houve arguição da inconstitucionalidade e muito menos os ministros não votaram. Apresentei requerimento, como disse o deputado João Leite, pedindo urgência para incluirmos a PEC nº 3 na pauta e podermos votá-la. Faço questão de deixar a lista com vocês - podem tirar xerox - para dizerem aos deputados do PT: "Vocês votaram".

Tive uma lição do ex-professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, quando a deputada Elbe Brandão presidia uma comissão especial para tratar dos designados. Na época, idos de 2003, 2004, ele disse: "O texto frio da lei não pode sobrepor-se à questão social". Infelizmente, o PT estava por trás de Dias Toffoli. Foi o PT que quis colocar 98 mil pessoas nas ruas. Agora seus deputados vêm dizer que isso é conversa fiada, que os deputados estão enganando. Esperem, aguardem. É só perguntar aos deputados do PT se algum deles é ministro do STF para julgar a PEC nº 3. Não dá para ser deputado e ministro.

Quero concluir dizendo que vocês estão passando essa dificuldade hoje porque, primeiro, o PT não é coerente. Segundo: onde está o Sind-UTE? Ele deveria vir aqui fazer a defesa. Ou o Sind-UTE não defende trabalhador? Ou os designados da educação não são trabalhadores? Esse sindicato é braço de que partido? Do PT. Então, quer referendar a covardia, a crueldade. Dizer que a proposta é inconstitucional é muito simples, mas para dizer que ela é constitucional tem de ser ministro, igualzinho ao que fez Dias Toffoli, advogado do PT, com 98 mil famílias de servidores designados da educação.

Repito aqui, deputado Mourão, o que disse o Prof. Paulo Neves de Carvalho: se o ministro quisesse, poderia ter aplicado o efeito modulação; até aqui, deixa como está; daqui para a frente, não. Assim como fizeram na criação dos municípios. Mas infelizmente o que o PT queria era um problema, pois estava muito mais preocupado com o embate com o PSDB em Minas Gerais, eles não estavam preocupados com os designados da educação. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\* - Em primeiro lugar, cumprimento V. Exa., deputada Ione Pinheiro, pelo seu trabalho, por sua dedicação, assim como o de toda a sua família, em prol sobretudo da educação. Como V. Exa. bem disse, é filha de uma professora que dedicou grande parte da vida, e continua ainda, à educação, a um trabalho em prol do nosso estado.

Quero dizer a todos os servidores da educação aqui presentes, na condição de líder de bloco da oposição, que vocês terão todo o apoio dos parlamentares que compõem esse bloco para a aprovação da PEC aqui mencionada pelos deputados que me antecederam. Não há, como bem disse o deputado Sargento Rodrigues, nenhum parlamentar aqui capaz de julgar o que é constitucional ou não. Nossa obrigação é votar projetos de interesse de todos os mineiros, ao contrário do que foi feito pelo PT, que politicamente tentou, de todas as formas, prejudicar o governo que se encerrou no final de 2014. Ele se utilizou de mecanismos os mais sujos para exatamente tirar de pauta um projeto que estava para ser concluso ainda e votaram aquele projeto que prejudicou, como bem disse o deputado Sargento Rodrigues, mais de 98 mil pessoas. O que nós, do bloco da oposição, procuramos é exatamente corrigir esse equívoco.

Machuca-me muito um fato. Acompanhava hoje, nos órgãos de imprensa, o atual governador, que iludiu os mineiros durante a campanha eleitoral, prometeu coisas que não terá condições de cumprir, dizer que ia a Brasília para despachar com ministros para resolver o problema. Se isso ocorrer, é demonstração de que infelizmente... O Supremo Tribunal Federal, que é um órgão sério, - meu avó, o deputado Mourão, sabe muito bem, porque lá esteve por 11 anos -, a mais alta corte brasileira, tem de ser correto e não pode se deixar dirigir pelo atual governador, que quer fazer demagogia com a população mineira.

A deputada Ione Pinheiro\* - Presidente, agradeço o carinho de cada um de vocês, agradeço a Deus por estar aqui com vocês. Saibam que vocês têm uma companheira aqui. Não se esqueçam disso. Como empregada do povo, vou lutar por vocês até o fim. Tchau! Valeu, educação!

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes\* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, com muita satisfação gostaria de cumprimentar todos os servidores do Estado da educação, da Lei 100. Cumprimento também os agricultores, nossos parceiros também ligados à agricultura familiar.





Elegi-me deputado em 2007, e naquele ano aqui foi apresentado o projeto, que votamos, para a efetivação de mais de 90 mil servidores da educação.

Analiso da seguinte maneira: o servidor não foi servidor de Itamar Franco, Newton Cardoso, Hélio Garcia, Azeredo, Aécio Neves e Anastasia. O servidor não foi servidor do governo. Ele foi servidor do Estado. Sua obrigação é com o Estado. Sua obrigação é com o cidadão, com a criança. O Estado tem obrigação com vocês, pois são servidores que cumpriram e cumprem com seriedade o seu trabalho.

Uma das mais nobres profissões está na área da educação, pois consiste em educar a criança para ser um cidadão de bem. Muitos servidores lavam banheiro, trabalham em uma situação difícil, ganham salário mínimo, salário baixo, lutam diariamente. Muitos trabalham à noite, a carga horária é difícil, muitas pessoas moram longe da escola e têm de deixar as crianças na creche ou com a família ou outra pessoa - é aquele sofrimento. Muitas vezes elas têm problema de saúde e têm de ficar afastadas. Muitas vezes a licença vence, a pessoa não tem condição de trabalhar, mas é obrigada a voltar.

Aí chega a hora de ser efetivado, de ter estabilidade, perde-se toda aquela condição em virtude de um julgamento. Infelizmente - o Sargento falou muito bem sobre o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal -, no nosso entendimento, o julgamento não foi justo, foi político. Por que foi político? Por que não foram votados os mesmos projetos de Rondônia, do Acre e de São Paulo, que estavam nas mesmas condições, e só julgaram o de Minas Gerais? Porque a questão foi política. Naquele momento tinha de ser criado um fato negativo para atingir o Aécio. E vocês foram usados como massa de manobra.

Duvido, confesso que duvido que o Pimentel terá coragem de colocar vocês na rua. Eu duvido! Acho que agora muda toda a conversa. Quero cumprimentá-los pela mobilização. Como diziam alguns deputados no passado: “Feijão se cozinha na pressão, na panela de pressão”. Vocês estão muito certos, é por aí mesmo, têm de pressionar. Se vocês pressionarem, acharão a saída.

Quero cumprimentar a APPMG, que hoje está a caminho de Brasília - o Mário de Assis, a Joana D'Arc e toda uma comitiva grande - para pressionar o Supremo. Como já falei, o julgamento é político. Espero que amanhã achem a saída. Estão até falando em prorrogação, mas tomara que isso não aconteça. Peço a Deus que os ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo menos uma vez na vida, façam justiça, façam justiça com quem mais precisa. E fazer justiça é achar a saída para vocês.

Deputado Dilzon Melo, vou fazer uma analogia. Quando se adquire um imóvel, uma empresa, por exemplo, faz-se um balanço. Se a empresa está em situação muito difícil, está no vermelho, começa-se cortando funcionários, energia, água. Corta-se uma série de coisas, deixa-se somente o necessário e faz-se um plano de ação para recuperar aquele empreendimento.

Mas, quando se ocupa o empreendimento que está equilibrado, normalmente se mantém o ritmo e, quando está bem, investe-se, abre-se mais espaço, aumenta-se, amplia-se. O governo Pimentel está fazendo isso. Ele está ampliando o Estado. Está criando mais quatro secretarias. Isso quer dizer que está tudo bem, as finanças do Estado devem estar muito bem, pois estão criando secretarias, estão criando cargos, estão criando um leque grande de novos projetos. Isso significa que o governo que passou, o nosso governo, deixou o Estado em uma condição boa. Isso será muito bom se houver uma administração com responsabilidade.

Acredito que essa foi a análise que o governo do Estado fez. Pegou um Estado em boas condições e agora está fazendo suas ampliações.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) - Boa tarde, ilustre deputado Antônio Carlos Arantes, gigante do Sul de Minas, que muito bem falou a esses servidores que estão aqui fazendo a coisa mais natural do mundo, defendendo sua sobrevivência, seu emprego. Chego agora à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e me deparo com essa situação triste, de ver o emprego, a dignidade desses servidores, ameaçados.

Estudamos na Escola Estadual de Uberlândia, no “Museu” - “Museu” porque é uma escola que foi inaugurada em 1929, era o antigo Ginásio Mineiro por que tanto se lutou naquela cidade. Nessa escola estudou toda a elite, até o finado médico Adib Jatene, grande professor de cirurgia, e tantos outros políticos que passaram por esta Casa. João Pedro Gustin, Homero Santos, Virgílio Galassi e Rondon Pacheco foram alunos da Escola Estadual de Uberlândia. Tive o prazer de estudar no Museu da 5ª série ao 3º ano colegial. Era uma grande escola. Lembro-me do carinho das nossas servidoras da portaria, do Sr. Sebastião, da D. Terezinha. Eu era o presidente do grêmio cívico daquela escola, tinha a chave dela, que me foi confiada pela Dra. Sandra Mameri Ferraz e pela Dra. Terezinha Vidigal Guerreiro, nossas diretoras de turno - depois a Elizabeth. Convivi muito ali e tinha uma grande amizade com os servidores daquela escola. Eu ia lá aos sábados e domingos; levantava-me às 6 horas da manhã para organizar a interclasse e tinha, muitas vezes, o apoio daqueles servidores, que me ajudavam a fazer a interclasse da escola naquela época. São pessoas fantásticas, abnegadas.

Estou com eles nessa questão da Lei nº 100. Precisamos encontrar uma saída para esses profissionais, precisamos ajudá-los. Chega de usá-los como massa de manobra, chega de ver o que está se instalando em Minas Gerais neste momento. Sabe o que é? Eu já tinha ouvido falar de república sindical, Sr. Presidente, mas nunca havia ouvido falar de educação sindical. Em Uberlândia, sabe o que o PT fez para nomear o superintendente de ensino? Convocou uma eleição no Sind-UTE. Participam só os parceiros superintendentes, quem tem a carteirinha do sindicato. Isso não é possível, não é democrático, não é direito. Isso é uma dominação. O pior: a luta de classes é esta aqui. O sindicato tinha de estar aqui neste momento defendendo vocês. Onde está o sindicato para defender vocês, que são designados? Sr. Presidente, isso é uma vergonha. Os papéis estão invertidos. O sindicato vai para o governo e abandona suas bases, seus trabalhadores; vai mamar na teta do governo, vai pegar os cargos, vai agora ficar “de boa” com os cargos. Estão colocando parentes, amigos, toda a “petezada” do Sind-UTE para dentro do governo do Estado. Agora o sindicato não se lembrará mais dos senhores.

Mas estaremos aqui, Sr. Presidente, para defender esses trabalhadores da educação e para cobrar do senhor governador uma solução para esse problema. Eu chego agora e estou sem problemas e sem compromisso. Estou compromissado com vocês. Contem com o Felipe Attiê para esta causa, para a educação.

Devolvo a palavra, concordando com as belas palavras do deputado Antônio Carlos Arantes, nosso colega. Muito obrigado.



O deputado Antônio Carlos Arantes\* - Muito obrigado, deputado Felipe Attiê. É isso mesmo, deputado. Sou do seguinte pensamento: quando uma lei não atende ao interesse do cidadão, você busca adequá-la. O que o governo do Estado fez por meio da Lei nº 100? Ele buscou uma forma de legalizar uma efetivação do funcionalismo. Não foi simplesmente: “Olha, 98 mil não estão efetivos e precisam ficar. Então, faz-se ali um ato e já estão efetivados”. Não foi isso. Foi feita uma lei. A Constituição é muito clara. Quando você quer mudar, fazer ações que venham a melhorar a vida do cidadão, você faz a mudança. Foi votada e aprovada, na época, até por deputados do PT.

E por que depois disso mudou, e voltou-se atrás? A questão foi política. Repito: a questão foi política. Vamos aguardar, vamos pedir a Deus que dê tudo certo. Isso não é fazer nenhum agrado, não é fazer nenhum benefício, é fazer justiça com quem trabalha com seriedade e cuida das nossas crianças. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite - Muito obrigado por essa manifestação. Já disse o nome dos meus colegas aqui presentes: Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Arlen Santiago, Felipe Attiê e Gustavo Corrêa, por quem temos muita admiração. Vocês não merecem o que estão passando. O deputado Sargento Rodrigues passou aqui e me deu uma palavra: “covardia”. É uma covardia. Vejo algumas coisas neste país que são uma lição para mim e para vocês, educadores. Nunca imaginamos que o PT chamasse a polícia para os trabalhadores. Pois o PT chamou a tropa de choque da Polícia Rodoviária Federal para os caminhoneiros. Aquelas costas dos caminhoneiros que estavam lá...

Aqueles caminhoneiros que batem volante no Brasil inteiro entregando alimentação às famílias apanharam da polícia do PT. Vemos aqui um quadro de servidores que deram sua vida às escolas, em salas de aula, e acompanhamos a traição do PT a vocês. É importante dizer-lhes que a ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 100 estava em 1.000º lugar na pauta do Supremo. Na frente havia a proposta que tratava dos servidores da função pública de Minas Gerais, que é da década de 1990 e ainda não foi votada. Esses servidores estão em cargos espalhados pelo Estado e aqui na Assembleia Legislativa. O relator Dias Toffoli, advogado do PT, foi até lá e retirou a matéria do 1.000º lugar. Às vezes dói ouvir a verdade, não é? O PT foi lá, retirou a matéria do 1.000º lugar, colocou-a em 1º lugar, considerou-a inconstitucional e tirou o direito de vocês.

Quero explicar a quem pede votação que das leituras feitas...

Alguns se incomodaram porque acharam que o PT era aquela maravilha e ficam pedindo votação. O deputado Hely Tarquínio, presidente desta Mesa, fez várias leituras, e uma delas talvez tenha passado despercebida por alguns de vocês.

O deputado Hely Tarquínio é um deputado de sete mandatos na Assembleia Legislativa, é cirurgião, psiquiatra e pessoa de respeito, como também são de respeito os professores aqui presentes e os servidores da educação. Ele fez a leitura da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2015, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta o art. 139 ao ADCT, tornando efetivo o servidor público do Estado de Minas Gerais que não tenha sido admitido até 5/11/2007, na forma prevista no art. 37 da Constituição Federal. É o que interessa a vocês.

Entretanto, o primeiro passo para apreciar uma PEC na Assembleia Legislativa é criar uma comissão especial. Farei a leitura dos deputados e deputadas que compõem essa comissão. Os líderes escolhem os deputados. O Bloco Compromisso com Minas Gerais escolheu como membros os deputados Tiago Ulisses e Thiago Cota; o Bloco Verdade e Coerência, cujos líderes são os deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, escolheu o deputado João Leite e o deputado Bonifácio Mourão.

E pelo bloco composto pelas bancadas do PT, PMDB, PCdoB, PTdoB, PR, PRB e Pros, foram escolhidos os deputados Rogério Correia e Marília Campos. Vocês vão ter lá uma oposição.

O que acontece agora? É precioso escolher um presidente e um relator. Foi feito corretamente. Há cinco suplentes também. O deputado mais maduro, que me parece ser o deputado Bonifácio Mourão, vai presidir a primeira reunião, na qual serão escolhidos o presidente e o relator da matéria. Depois que este relatar a matéria e ela for aprovada na comissão especial, virá, então, a Plenário, para votação em 1º turno. Precisamos de 48 votos favoráveis para aprová-la, em 1º turno, aqui, no Plenário. O deputado Arlen Santiago está lembrando que é o presidente da Assembleia quem coloca os projetos em pauta. É por isso que é importante a presença de vocês.

Está feita a sua manifestação. O que interessa para nós é devolver os direitos dessas trabalhadoras e desses trabalhadores que foram atingidos pela decisão do advogado do PT. A comissão pode ser acompanhada. Vai ser no plenarinho. Então, é importante a presença de vocês. É importante que continuem vindo. Sei que é um esforço que fizeram para estarem aqui, mas isso é muito importante. É preciso cobrar do presidente que coloque na pauta a PEC nº 3 aqui, no Plenário. Vamos precisar de 48 votos. Eu vou votar “sim”. O deputado Gustavo Valadares?

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - O deputado Antônio Jorge?

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - O deputado Arlen Santiago?

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - O deputado Duarte Bechir?

O deputado Duarte Bechir (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - O deputado Antônio Carlos Arantes?

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - O deputado Felipe Attiê?

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* - Sim.

O deputado João Leite - Estou vendo o deputado Inácio Franco, que foi prefeito de Pará de Minas, assinou a PEC e tenho certeza de que votará “sim” também.



É esse o trabalho que vocês vão fazer. Falem com os deputados que vocês conhecem. É isso que vamos ter durante este tempo agora.

Vamos pensar nos prazos. Parece até mentira, mas o prazo deles, do PT, para mandá-los embora é 1º de abril. O sonho deles é mandá-los embora. Só que descobriram, quando entraram, que, se os mandarem embora, não haverá aula em Minas Gerais mais, acabarão as aulas em Minas Gerais. Já sabem que, se vocês pararem hoje, as salas não abrirão, porque precisamos de vocês. Estão falando em um concurso no domingo. Quando vão chamar os concursados? Ninguém sabe. Quanto tempo demora para chamarem os concursados? Três anos, seis meses? Não sei quanto tempo é necessário. Se hoje esse coletivo, se vocês falarem que não haverá aulas mais em Minas Gerais, será desespero para nós. Ficaremos desesperados. Se os da Lei nº 100 pararem, a educação para em Minas Gerais! Se vocês pararem, a educação para em Minas Gerais! Vocês têm de conhecer a força que têm. Por que o governador está dizendo que vai a Brasília conversar com Dias Toffoli? O advogado-geral quer ir a Brasília agora para conversar. Vão tentar ampliar o prazo. Vejam que crueldade! Como querem ampliar o prazo para mandá-los embora se temos a PEC nº 3, que lhes dá o direito de continuar fazendo o que estão fazendo tão bem, colocando a educação de Minas Gerais em 1º lugar? São vocês.

Queria convocar vocês para continuarem - sei que todo o mundo aqui é resistente - esse trabalho e estarem aqui nesses dias. O que precisamos? O deputado Sargento Rodrigues já deu uma grande contribuição, pois pediu urgência. Deputado Mourão, tenho a certeza de que irá convocar a reunião imediatamente. Talvez amanhã já tenhamos reunião da comissão especial. Vamos escolher o relator. Daí, quando estiver pronto e votado na comissão especial, estará pronto para ser votado no Plenário. E o presidente da Assembleia tem de colocar na pauta. Portanto temos de pedir a ele que coloque na pauta. Esse é o nosso trabalho agora.

Quero até conceder aparte ao deputado Gustavo Corrêa. O líder Gustavo Corrêa, o líder Gustavo Valadares, o deputado Duarte Bechir, que foi presidente da Comissão de Educação da Assembleia na legislatura passada, e os deputados presentes estão envolvidos na seguinte questão: não aceitamos essa emenda de designação. Peço ao líder Gustavo Corrêa que fale com vocês. Ele está negociando com o presidente da Assembleia e com o governo. Ele dará a palavra oficial em nome de todos nós que somos a oposição na Assembleia Legislativa atualmente. Concedo aparte ao deputado Gustavo Corrêa, líder da oposição na Assembleia.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\* - Deputado João Leite, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, sempre de forma coerente, tranquila e preservando o direito dos que trabalham e querem ver nosso estado crescer.

Tenho dito, desde que se passaram as eleições, que veríamos durante quatro anos a mudança de postura de determinados parlamentares e de governantes - quero incluí-los também. Sabíamos muito bem que aqueles que no passado criticavam, diziam que queríamos jogar para a plateia e outras coisas mais, teriam de assumir uma postura de coerência agora. Temos visto que a tudo o que defendiam no passado hoje viraram as costas. Vimos que determinados sindicatos ou entidades que deveriam defender o interesse de determinadas classes viraram braços políticos de determinados partidos ou de partidos políticos.

Tenho acompanhado os órgãos de imprensa e não tenho visto nos dias de hoje as defesas feitas por determinados sindicatos nesta Casa. O atual governo não sabe o que fazer. Digo sempre que, quando não sabemos o que fazer, paramos e dizemos que vamos esperar o tempo. O atual governo tem feito exatamente isso. Desde que assumiu, em 1º de janeiro, não fez nada mais que enrolar os mineiros cada vez mais.

O Bloco Verdade e Coerência tem deputados pautados pela ética, pela transparência e, como o próprio nome diz, pela coerência. Estes serão os que estarão ao lado dos servidores, como sempre estivemos. Lá trás, não pensando nas eleições e vendo a injustiça cometida pelo PT, que faz de tudo para permanecer no poder... Como V. Exa. bem disse, pegou um projeto que se encontrava encostado no Supremo Tribunal Federal pelo advogado do PT, visando sobretudo tentar de alguma forma desconstruir tudo o que havia sido construído em Minas Gerais nos últimos 12 anos.

Digo sempre que, podem querer ou não, Minas Gerais, naquele momento, tinha bons índices, reconhecidos pelos órgãos de fomento internacional, tinha credibilidade. Quando o cliente vai ao banco e pega dinheiro emprestado, se o banco empresta, é porque o cliente tem crédito. Se Minas fez inúmeros empréstimos para beneficiar outras ações, era porque tinha crédito.

Então, é o compromisso do Bloco Verdade e Coerência, deputado João Leite, até porque não tratamos com o líder de governo e muito menos com o presidente da Casa nenhum tipo de emenda demagógica para votarmos a reforma administrativa. Espero que essa reforma não seja para colocar nos cargos que estão sendo criados os companheiros políticos, aqueles que foram derrotados nas eleições, aqueles que o povo mineiro não quis mais.

Perdemos as eleições, os mineiros, deputado Durval Ângelo, não queriam o governo que se encerrava. Queriam e acreditaram. E o que me machuca é que eles estão vendo que foram iludidos pela presidente da República, que dizia, durante os debates, que não aumentaria os custos da energia, da gasolina e de outras coisas mais. Estaremos, deputado João Leite, firmes e fortes ao lado dos servidores da educação, questionando e reivindicando. Todos os deputados do Bloco Verdade e Coerência estarão aqui para votar o projeto que, com certeza, vem solucionar o problema de vocês, e não "barrigar" mais uma vez, como determinados parlamentares estão querendo fazer.

O deputado João Leite - Muito bem, deputado Gustavo Corrêa. Está aí o compromisso de não aceitarmos a designação. Como lembrou o líder deputado Gustavo Corrêa: é empurrar com a barriga.

Vejo com alegria a entrada neste Plenário do líder deputado Bonifácio Mourão. O deputado Bonifácio Mourão, pela experiência, deverá ser o presidente da comissão especial da PEC nº 3. Eu dizia para os servidores aqui presentes, deputado Bonifácio Mourão, que, pela sua velocidade, imagino que amanhã já teremos reunião da comissão especial da PEC nº 3.

Concedo aparte ao deputado Bonifácio Mourão, cumprimentando-o pela sua designação para essa comissão tão importante.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Deputado João Leite, é um prazer muito grande apartear-lo. V. Exa., que sempre expõe seu raciocínio com muita procedência e muita justiça, volta a essa tribuna para, coerente com o seu passado, mostrar com muita lucidez que esta Casa, principalmente este Plenário, tem o dever de dar a solução a esse impasse.



Eu disse há pouco tempo, em aparte à deputada Ione Pinheiro - V. Exa. estava presente e ouviu -, que não podemos transformar este Plenário em fórum de julgamento. Aqui não é um fórum de julgamento. Estou aqui fazendo ponderações com a devida serenidade que o caso precisa ser tratado.

Entramos com a PEC nº 3 no ano passado para buscar uma solução para essa questão grave, delicada, em face da decisão do STF. Não estou aqui para discutir o mérito dessa decisão. Hoje ouvi o deputado Sargento Rodrigues dizer que o ministro relator da matéria tem partido, foi procurador-geral do governo federal, foi advogado de alguns ministros do governo federal. Mas não estou aqui para discutir isso. O STF entendeu que a Lei nº 100 é inconstitucional, e estamos buscando uma solução. Buscando como? Apresentando um projeto de emenda à Constituição mineira para encontrar a solução. Agora vem o PT e diz que esse projeto é inconstitucional. Aí é que quero discutir. Que autoridade têm os deputados do PT, deputado João Leite, para dizerem que a PEC é inconstitucional? Eles são juízes?

Quero lembrar que a plateia não está se referindo a mim nem ao deputado João Leite, porque pode estar transparecendo isso. Só um minutinho, deixem eu terminar o meu raciocínio que é importante. Que autoridade tem o PT para dizer que a PEC é inconstitucional? Quem pode declarar se uma lei é inconstitucional ou não é o Supremo Tribunal Federal. Na Assembleia Legislativa, há um órgão técnico, a Comissão de Constituição e Justiça, que dá parecer pela constitucionalidade ou não de uma lei. Não é o Plenário o fórum competente para dizer se uma PEC é inconstitucional ou não.

Só um minutinho. Aqui só temos condições de falar sobre a legitimidade e a justiça de um projeto. A parte técnica, o parecer é de competência da Comissão de Constituição e Justiça. Julgamento é competência do Supremo Tribunal Federal. Aqui há deputado do PT que está fazendo julgamento, que está se transformando em ministro do Supremo Tribunal Federal para impedir que se resolva esse problema. Estamos buscando e pesquisando de uma forma justa. Sabemos que há muita questão que é legítima, mas que, às vezes, não é legal; que é justa, mas, às vezes, não é legal. E não é legal por quê? Porque não é prevista em lei. Mas tudo que não é proibido em lei é permitido. Isso está na Constituição Federal.

Estamos fazendo um raciocínio técnico, fundamentado. Não temos legitimidade para dizer, neste Plenário, que uma lei, ou uma PEC, ou um projeto de lei, ou um projeto de emenda à Constituição são inconstitucionais. Nosso pronunciamento é nesse sentido. Vamos buscar uma solução. Se aprovarmos essa PEC, vamos encontrar a solução. Se o PT arguir inconstitucionalidade dessa PEC, uma vez aprovada aqui, vamos ter anos para discutir se ela é constitucional ou não. Enquanto isso, todo esse pessoal continua trabalhando, todos os servidores prejudicados continuam trabalhando, com uma folha de serviço extraordinária, feita pela educação em Minas Gerais. Não podemos esquecer isso.

Nós estamos aqui para lembrar essas questões. Nós estamos aqui, deputado João Leite, como falei no primeiro aparte, para reconhecer que, nos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, Minas Gerais foi reconhecida pelo Ministério da Educação, pelo governo do PT como 1º lugar no ensino fundamental básico no Brasil. Isso não se deve somente a esses governadores aos quais me referi, mas, sobretudo, aos servidores da área de educação, que plantaram na cabeça das crianças de Minas Gerais uma educação qualificada, deixando as escolas públicas do Estado em 1º lugar do Brasil. Muito obrigado.

O deputado João Leite - Deputado Mourão, eles estão aguardando para saber se V. Exa. vai convocar essa reunião para amanhã, já que deverá presidir a Comissão Especial da PEC nº 3. Queremos sua manifestação. Devido a sua experiência, V. Exa. vai convocar essa reunião para amanhã, já que é o presidente *ad hoc*?

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Vou marcar de imediato. Por ser o mais jovem, vamos convocá-la para amanhã, se o Regimento permitir. Tentaremos convocá-la para amanhã de manhã. Vamos examinar o Regimento e convocar a reunião o mais rápido possível.

O deputado João Leite - Muito bem. Obrigado.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Deputado João Leite, infelizmente diz-se no debate presidencial que os direitos trabalhistas seriam mantidos nem que a vaca tossisse. E a vaca está tossindo e dando coice, e dando coice até em Minas Gerais, nos professores, nos caminhoneiros, em todos os lugares a vaca está tossindo e dando coice. Ficamos muito preocupados. O deputado Bonifácio Mourão disse que já há jurista aqui dentro dizendo que a lei é inconstitucional. Vejam essas mães de família, vamos votar a PEC, e a cada momento vamos tentar resolver.

Imagine, deputado João Leite, jogar esse povo como designado até dezembro para adiar, e depois colocá-los no INSS. Será que aquele ministro Gabas, que fica colocando a presidente na garupa da sua moto, vai garantir a aposentadoria? Será que vai compensar o tempo que o Estado teria de pagar? Não, o problema é do governo do Estado, é ele que tem de resolver. Por isso nós, do bloco, estamos aqui falando e vamos lembrar o pessoal que temos de manter vigília. Vamos ficar de olho caso algum acordo seja feito. O acordo estava feito, mas o governo do PT mandou agora uma quantidade de maldades para destrincharmos na reforma administrativa. Mas nessa reforma administrativa poderemos colocar uma emenda, e vamos colocar, para que esse pessoal possa voltar a trabalhar.

Na terça-feira fiquem de olho, fiquem de vigília, olhem quem está contra, vão atrás. É a força do povo na rua novamente.

O deputado João Leite - Obrigado, deputado Arlen Santiago. Concedo aparte, com muito prazer, ao nosso líder, deputado Duarte Bechir, grande amigo desses servidores da educação do Estado de Minas Gerais, que está a todo o momento com eles. Tenho a certeza de que o deputado Duarte Bechir é contra essa emenda de designação, esse “empurrar com a barriga”. Ninguém quer ser enganado. Quero ouvi-lo.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Primeiramente, quero dizer que V. Exa. faz um pronunciamento histórico nesta Casa. Marca a vida de muitos que aguardam do governo uma decisão para continuar no seu trabalho e tocar a sua vida. E quando falo em vida, deputado João Leite, como terá sido o Natal dessa moça que está ali em cima, como terá sido o Natal desse pessoal? Deputado João Leite, como foram as comemorações de Ano-Novo desse pessoal? Como estará sendo a expectativa de mais um ano de vida de quem está próximo de ser demitido do seu trabalho? Pessoas que lutaram, que viveram por seu trabalho, que deram sua vida e sua saúde, estão na iminência de, nos próximos 30 dias, serem despedidas sem justa causa.



V. Exa. nos dá, nesta tarde do dia 5 de março, um momento histórico na Casa, chama-nos à reflexão de que é preciso unir todas as lideranças da Casa. Digo ao deputado Durval Ângelo, como líder do governo, que é preciso reunir todos nós, para buscar entendimento, e não colocar na rua esse povo. Conversava com uma pessoa que tem 24 anos de serviços prestados ao Estado e com outra que tem 25 anos. Quem vai dar emprego a esse pessoal? O Estado de Minas Gerais propiciou a vocês, por meio da Lei nº 100, a garantia de que teriam continuidade no seu trabalho e nos benefícios previdenciários. Foi votada por unanimidade nesta Casa, deputados do PT e do PMDB votaram favoravelmente à Lei nº 100.

Hoje não podemos virar as costas para esse povo. Não aprovo esse ato de covardia. Vamos lutar até as últimas consequências e até os últimos instantes para preservar o direito ao trabalho desse pessoal, que está sendo esquecido e abandonado neste momento da história de Minas Gerais.

Parabéns, deputado João Leite, pelo pronunciamento. Conte comigo nessa e em muitas outras lutas em defesa do trabalhador mineiro, pois estamos nesta Casa para honrar o nosso mandato. Parabéns. Obrigado.

O deputado João Leite - Obrigado, deputado. O deputado Bonifácio Mourão está a meu lado, praticamente me dando uma aula...

Queria informar a vocês que o presidente *ad hoc* dessa comissão - na verdade, sou o mais experiente e serei o presidente *ad hoc* - vai convocar a reunião para amanhã, às 17 horas, e espero que os deputados compareçam. Aliás, quero convidar vocês para acompanhar essa reunião e ver quem vai faltar. Ou seja, estou convocando a comissão para se reunir às 17 horas de amanhã, a fim de escolhermos o presidente, o vice-presidente e o relator da matéria, e gostaria que vocês estivessem presentes para acompanhar os trabalhos e conhecer as verdades.

Mas gostaria da atenção de vocês para a reforma que o governador Fernando Pimentel, do PT, mandou para a Assembleia: ele está criando 10 subsecretarias, 41 superintendências, 4 assessorias jurídicas, 4 auditorias setoriais, 4 assessorias de comunicação, 4 assessorias de planejamento e 1 núcleo especial. Além disso, está passando o salário de subsecretário para quase R\$12.000,00, o que é mais do que ganha o governador. Ou seja, ele terá de aumentar o salário do governador e dos secretários, porque os subsecretários não podem ganhar mais que os secretários e que o governador. Está tudo posto aqui.

É isso, gente. Disseram que o Estado não tinha dinheiro e estava quebrado. Mas para a companheirada, para o Sind-UTE, para os companheiros, para o compadrio, o dinheiro aparece. Obrigado, presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

### Discursos Proferidos em 5/3/2015

O deputado Leandro Genaro\* - Sr. Presidente, caros colegas deputados, caríssimas colegas deputadas, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia ou das galerias desta Casa, boa tarde. Primeiramente gostaria de cumprimentar a todos e expressar meu sentimento de responsabilidade ao assumir uma cadeira nesta Casa, ciente do compromisso assumido junto à sociedade mineira. Aliás, o primeiro motivo que me traz a esta tribuna é a vontade de agradecer a cada um os 127.868 votos em mim depositados pelos eleitores que confiaram na minha proposta de trabalho e fizeram deste o terceiro deputado mais votado em todo o Estado. Vamos lutar pela diminuição das diferenças sociais, o que nos levará ao aperfeiçoamento da democracia, baseados principalmente no seguinte tripé: defesa da família tradicional, defesa da vida e combate às drogas.

A instituição familiar é um tesouro. Deus nos criou e designou a família como a mais fundamental das relações humanas. Na Bíblia, a família começa com Adão e Eva, quando Deus disse: “Por isso, deixe o homem pai e mãe e se una à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne”. Esse plano é claro: um homem ligado a uma mulher. Milhares de anos mais tarde, Jesus afirmou que esse ainda é o plano de Deus. Ele citou o mesmo versículo do Gênesis, mas acrescentou: “Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem”.

Quero lembrar também que a Constituição Federal brasileira de 1988 sistematiza o modelo de família no art. 226, § 3º. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado: “§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

Vou lutar também nesta Casa em defesa da vida, que é um direito inviolável. Quando falo na vida como direito inviolável, quero me referir principalmente ao aborto. Quem tem o poder ou o direito de tirar a vida? Porventura o homem tem o poder ou o direito de decidir o futuro de um outro quanto ao momento ou à maneira da sua morte? Como pastor, não posso deixar de citar como minha regra de conduta e de fé a Bíblia, que, em I Samuel 2,6, diz: “O Senhor é que tira a vida e a dá: faz descer à terra e faz tornar a subir dela”. A vida, portanto, inicia-se - e não sou eu quem o diz, mas a ciência - na concepção, mesmo em caso de estupro. Por que, então, há pena de morte para o feto, que está no ventre da mãe, e, quando muito, alguns anos de prisão para o agente do estupro? Por que punir com a morte a vítima e muitas vezes nem punir o violentador?

Por que, então - eu pergunto -, há pena de morte para o feto que está no ventre da mãe e, quando muito, alguns anos, algum tempo de prisão para aquele que foi o agente do estupro? A criança que está no ventre da mãe é um ser com identidade própria. Isso é interessante, porque o primeiro órgão a surgir após a concepção é o coração, então ali já está a vida, 21 dias após a concepção. Nesse sentido quem aborta está assassinando um ser humano criado por Deus.

Fechando esse tripé, estarei também trabalhando incessantemente no combate às drogas, principalmente por ser membro da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas nesta Casa. Apresentei requerimento à comissão, já aprovado, para que seja realizada uma audiência pública junto às autoridades competentes, às igrejas evangélicas e comunidades terapêuticas a elas ligadas, por serem instrumentos de grande importância no combate à droga, hoje chamada de mal do século.

O famoso pintor do século XIX, Van Gogh, disse certa vez, quando alguém observava uma de suas obras e, por não entendê-la bem, a depreciava: “Para entender isso, é preciso um olhar mais demorado”. Na minha opinião, é isso que precisamos fazer, debruçar sobre o problema real das drogas na nossa sociedade, ou seja, ter um olhar um pouco mais demorado. As pessoas não querem aprender sobre o assunto e muito menos se envolver. Vivemos como se esse mal, como se esse terrível mal que são as drogas fosse entrar



somente na casa do outro, como se fôssemos imunes. Os números são alarmantes e preocupantes. Não são poucas as famílias que têm entrado em colapso e falência, ao ter um dos seus consumidos por esse mal. Se o evangelho é o antídoto enviado do Céu, as drogas são o veneno do Inferno. Se por meio do evangelho pessoas são mudadas, se com o evangelho eu mudo, eu conserto, eu incluo o indivíduo na sociedade e num futuro promissor, com as drogas a pessoa é excluída, perde os valores morais e sociais e se entrega a um futuro incerto e imoral, passando a fazer o que repudiou por toda a vida. Lutar contra as drogas é lutar em favor da família e da vida, em busca de ordem e progresso.

Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, quero registrar aqui um agradecimento especial à Igreja do Evangelho Quadrangular, berço de toda a minha formação como cristão, em especial a meus líderes, pastor Mário de Oliveira, presidente nacional da nossa igreja, e a meu pai, pastor Antônio Genaro, presidente da igreja no Estado de Minas Gerais. Estendo também esse agradecimento a todos os superintendentes, pastores, líderes em geral e membros da Igreja Quadrangular.

Quero ainda, antes de finalizar, Sr. Presidente, externar meu sentimento de responsabilidade e orgulho ao continuar aqui, nesta Casa, o trabalho exercido por meu pai, Deputado Antônio Genaro, que serviu à sociedade mineira, junto ao Legislativo, durante oito mandatos, sendo o primeiro como vereador na Câmara Municipal desta capital, quando, na ocasião, em 1982, obteve 23.411 votos, a maior votação da história de um vereador nesta cidade.

E os seus últimos sete mandatos foram exercidos nesta Casa Legislativa com um trabalho árduo e efetivo junto aos mineiros, sempre legislando em prol da família e conforme os princípios cristãos. Meu pai, deputado Antônio Genaro, é e sempre foi para mim um exemplo de coragem, integridade e, sobretudo, de humildade, notada pela forma como todos nesta Casa se referem a ele com carinho e respeito, tanto os nobres colegas deputados que com ele conviveram aqui quanto os servidores em geral.

Uma de tantas coisas que aprendi com meu pai é que devemos falar pouco. Por isso já vou encerrando por aqui. É provável que os nobres colegas aqui presentes não me vejam subir com muita frequência a esta tribuna, a não ser que tenha algo relevante a dizer.

Finalizo dizendo que acredito na capacidade que temos de mudar, acima de tudo, de transformar as coisas, inspirados por Deus. Meu agradecimento maior é a Deus, ao meu Deus que aqui me colocou, pois é quem nos ilumina, nos encoraja e, como cita o apóstolo Paulo em Romanos 8,31: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, servidores desta Casa, distinto público que nos acompanha pelas galerias e nos assiste pela TV Assembleia. Ocupo esta tribuna hoje, inicialmente, para fazer o registro da nossa alegria de retornarmos a uma das principais casas legislativas deste país. Uma casa legislativa composta por servidores da mais alta competência, aliás referência não só para o Brasil, mas também para outros países. Além disso, quero agradecer o apoio e a amizade dos deputados com os quais tive o privilégio e a honra de conviver por dois anos e quatro meses do mandato passado. Acima de tudo, presidente, agradecer ao meu povo da minha querida cidade natal, Conselheiro Lafaiete, ao meu querido povo do Alto Paraopeba, do Vale do Piranga, do Campo das Vertentes e dizer-lhes que estamos firmes nos nossos propósitos. Quem me conhece sabe que sempre procurei o caminho do meio e defender os interesses da nossa região, que por sinal contribui e muito para o engrandecimento do nosso estado.

Muitos dos senhores sabem que o Alto Paraopeba e o Vale do Piranga hoje são uma das microrregiões que mais cresce economicamente em Minas Gerais.

Então precisa, sim, ter o seu reconhecimento. Precisa, sim, Sr. Presidente, ter um olhar mais carinhoso do nosso governador.

Primeiramente gostaria de agradecer ao governo passado pelas inúmeras conquistas que tivemos recentemente em nossa região. Começamos o nosso hospital regional, fizemos algumas interligações asfálticas que precisavam ser feitas, mas temos de avançar ainda mais. E, hoje, com o novo governo, com o governo Fernando Pimentel - que, por sinal, foi majoritário em nossa região -, temos de apoiar as questões importantes ao povo mineiro, aperfeiçoar as que foram acertadas e corrigir os rumos daquelas que foram equivocadas. É desta maneira que me posicionarei nesta Casa: buscando o melhor caminho, o entendimento. Não podemos neste momento usar revanchismos. Temos de descer do palanque, buscar o caminho, a serenidade, porque é isso que o povo mineiro irá cobrar, e é nesse sentido que temos de nortear as nossas ações nesta Casa.

Então gostaria de deixar registrado que o governo do Estado pode contar com este deputado no que for importante, no que for necessário a ser feito, para que possamos corrigir alguns equívocos e dar sequência àquelas questões que foram exitosas. Por exemplo, na minha região temos alguns compromissos a serem cumpridos, como terminar o nosso hospital - inclusive, já estou pedindo audiência pública à Comissão de Saúde para tratar desse assunto; a implantação do Olho Vivo; e o nosso aeroporto, que já está incluído no caminho aéreo. Precisamos avançar nessas questões, salvar os nossos hospitais, que estão totalmente sucateados. Então, governador Pimentel, conte comigo, com os nossos líderes e os secretários, porque estaremos sempre firmes para defender as nobres causas do povo mineiro.

Com a palavra, o meu querido amigo, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Glaycon Franco, primeiro queria usar esse aparte para parabenizá-lo pela reeleição e também parabenizar a população da região do Alto Paraopeba, que, de forma muito inteligente, o reconduziu a esta Casa. E fizeram a melhor das escolhas: que V. Exa. representasse a região. V. Exa. é um homem de bem, um homem experiente, equilibrado, conhecedor dos problemas e das dificuldades que aquela região tem, bem como das demandas e reivindicações do seu povo. Então, quero aqui dar um testemunho à população do Alto Paraopeba de que fizeram a melhor dentre todas as escolhas para que V. Exa. representasse nesta Casa.

Quero dizer, deputado Glaycon Franco, que da minha parte o governador também poderá contar com o meu auxílio, com a minha participação e com a minha fiscalização. Acho que dessa forma também colaboramos com a construção de um novo estado, de um estado ainda melhor para todos os mineiros. Venho dizendo que não há nenhuma posição pessoal contrária à do Sr. governador Fernando, do PT. Em absoluto. Temos uma relação cordial e até muito amistosa quando nos encontramos pessoalmente. Porém, como governador, preciso alertá-lo quando observar que há alguns problemas que ele está enfrentando. Por exemplo, essa reforma



administrativa que está para ser votada - espera-se resolver a situação na próxima semana. No entanto, espero convencer V. Exa. e os demais membros do bloco independente de que ela não é benéfica ao Sr. governador e, conseqüentemente, ao governo do Estado, porque fizeram uma conta errada, deputado Glaycon Franco. Dizem que o impacto é de apenas R\$1.600.000,00 anual, o que não é verdade. O impacto dessa pequena reforma que o Sr. governador traz à Casa agora é de mais de R\$23.000.000,00.

São diversos os cargos, deputado Glaycon Franco, que estavam para ser extintos em 31 de março próximo, e que estão sendo aproveitados para fazer parte de um novo trabalho, de uma nova conta a ser distribuída entre a companheirada, os subsecretários. Vejam, deputado Glaycon Franco, senhoras e senhores, em apenas 4 secretarias a mais que estão criando - eram 17, serão 21 -, serão mais 10 subsecretarias, que vêm com cargos de assessor jurídico, assessor de planejamento, assessor de comunicação, assessor setorial, núcleo especial, entre outras coisas.

Esse é um alerta que faço, e tenho certeza de que V. Exa. quer ajudar o Estado, sabedor das dificuldades que ele tem agora - a questão financeira, econômica. O secretário de Planejamento tem dito aos quatro cantos que o Estado está quebrado, que a situação está difícil. Trazer o impacto de mais de R\$23.000.000,00 para o Estado, neste momento, não é benéfico. Então, para que V. Exa. possa ajudar o governador, comece caminhando conosco, votando “não”, contra a reforma administrativa, que está trazendo um inchaço muito grande à máquina pública já na próxima semana.

Muito obrigado a V. Exa., e sucesso pelos próximos quatro anos.

O deputado Glaycon Franco - Obrigado pelas palavras elogiosas, deputado Gustavo Valadares. Concedo aparte ao meu querido amigo deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Glaycon Franco, em primeiro lugar, como líder do Bloco Minas Melhor, que será o nome adotado pelo bloco de sustentação do governo nesta Casa, quero agradecer a V. Exa. pela confiança no governo e na plataforma do governador Fernando Pimentel. É claro que há pontos diferentes em relação ao outro governo, mas são essencialmente questões pelas quais V. Exa. sempre lutou nesta Casa para que tivéssemos melhorias, notadamente, como foi ressaltado por V. Exa., no campo das questões sociais - educação, segurança pública, saúde. Então o apoio de V. Exa. ao nosso governo nos dá muita satisfação, pelo que V. Exa. representa e pela região que também representa. Tenho certeza de que esse apoio será benéfico também à região de trabalho de V. Exa., aos nossos mineiros, naquela nossa digníssima região do Estado.

Rebatendo, em poucas palavras, o líder da oposição, queria dizer a V. Exa. que não há nenhum gasto a mais na reforma administrativa proposta. O que há além, por terem sido criadas secretarias que são a cara do programa do governo, será retirado de cargos da administração indireta, como estabelecido já em artigo da lei. Retiraremos 64 cargos da administração indireta, repito, isso está garantido em artigo da própria lei, exatamente para não haver diferença entre o que está sendo implantado e o que está sendo retirado. Mas são secretarias importantes, que refletem o próximo governo.

Por exemplo - esta foi uma crítica que fizemos ao governo passado -, acho que é um absurdo um governo que não prioriza a agricultura familiar, os pequenos produtores, a reforma agrária, os assentados. Que o governo olhe apenas para o agronegócio, como olhava anteriormente, para os latifúndios e as empresas agrícolas, não é correto. E ao pequeno produtor, nada? Ele não merece ter uma secretaria, já que existe um ministério? Os negros, as mulheres, os jovens, políticas públicas para esses setores são fundamentais. Há muito preconceito na nossa sociedade, e esses setores também precisam ter participação nas políticas sociais do governo. Retiramos coisas que, no nosso entender, não eram necessárias. A deputada Marília Campos está lembrando bem: o Escritório Estratégico da estratégia tucana dos estratégicos, estratégicos, da estratégia tucana, esses foram todos retirados. Achávamos que não cabia tanto tucano, não havia tanto poleiro para fazer tanta estratégia. Será tudo retirado. Os escritórios de prioridade política em São Paulo e Rio de Janeiro, localizados no Leblon, em Ipanema, sei lá onde, também serão retirados; assim como o de Brasília não terá *status* de secretaria. Então modificamos o panorama de enxergar o Estado, mas nem um centavo a mais além do que já há. Pelo contrário, o governador Fernando Pimentel ainda ordenou - a palavra é essa - a cada secretário que faça um corte de 20% no gasto do orçamento de recrutamento amplo. Então, ao final, haverá economia no Estado.

E mais: sem lei delegada. Foram feitas quase 200, escondido do povo, para criar mais de 4.500 cargos, aí, sim, para a companheirada tucana de bico grande. Então há uma diferença real. V. Exa. sentirá que o nosso governo estará pronto para atender a demandas sociais e não para conceder privilégios. Muito obrigado.

O deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de deixar a minha opinião pessoal sobre essa questão: acho, sim, que todo governo que assume tem de mostrar sua característica própria, tem de dar o seu toque especial. Espero, como expôs muito bem o deputado Rogério Correia, que a gente acerte mais do que erre. Podem ter certeza de que este deputado que ocupa esta tribuna sempre vai apoiar as ações corretas, os rumos certos que forem tomados. Tentaremos, com esta Casa, acertar as questões que não forem pelo caminho correto. Vamos trabalhar com afinco, para que ao final desses quatro anos possamos atender os grandes anseios do povo mineiro. Não contem com este deputado para questões revanchistas, não contem com este deputado para questões que venham denegrir por denegrir o governo passado.

Entretanto, contem com este deputado nas nobres questões, nas principais delas, que, na minha opinião, é buscarmos, cada vez mais, a harmonia entre as regiões. Um dos principais problemas sofridos pelas famílias mineiras é com relação às desigualdades regionais. Precisamos lutar firmemente contra isso, buscando um governo justo, com justiça social, e acima de tudo buscando, cada vez mais, a equiparação no Estado de Minas, que é sinônimo de liberdade e altruísmo. Precisamos fazer com que o povo mineiro seja atendido em relação aos seus anseios e às suas necessidades.

Espero que o Alto Paraopeba e o Vale do Piranga possam ser contemplados no que diz respeito às suas melhorias, porque é uma região que contribui, e muito, para o crescimento do Estado de Minas Gerais. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Bosco\* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, que dirige os trabalhos da Mesa da Assembleia de Minas Gerais; meus colegas deputados e deputadas, em maior número agora neste mandato, para honra e satisfação do povo mineiro; meus prezados telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia; público que nos acompanha nas galerias, senhoras e senhores, muito boa



tarde. Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, em que pese ao nosso mandato ter iniciado dia 1º de fevereiro, já trabalhamos muito, deputada Ione, no decorrer de um mês, no meu caso, no segundo mandato. Mas esta é a primeira vez que faço uso da tribuna. Quero, neste primeiro momento, fazer um agradecimento muito especial a Deus, por ter me propiciado a oportunidade de ser reeleito e continuar aqui representando meu povo mineiro e, de forma especial, meu povo do Alto Paranaíba, Triângulo, Noroeste de Minas e também uma parte do Centro-Oeste.

Tivemos uma reeleição que realmente nos deixou extremamente emocionados, com um crescimento de mais de 50% dos votos que obtivemos na eleição passada, na minha primeira eleição como deputado estadual. Saímos da casa dos 32.400 votos, caro presidente, deputados e deputadas, atingindo o patamar de 72.535 votos, votação que nos coloca entre os deputados mais bem votados de Minas Gerais. Isso é motivo para agradecer, claro, primeiro a Deus, depois a minha família, a meus amigos e a meus eleitores, e dizer que continuamos com o mesmo entusiasmo, a mesma devoção, deputado Rogério Correia, que chegamos a esta Assembleia no primeiro mandato.

Esse primeiro momento na Assembleia, principalmente no mês de fevereiro, foi de fazer o trabalho interno, o trabalho junto aos deputados e ao nosso presidente eleito, o deputado Adalclever Lopes, para que a Assembleia montasse, de fato, sua estrutura de blocos partidários e comissões para que efetivamente o trabalho prosseguisse em frente. Daí, o nosso partido, o PTdoB, que hoje conta, deputado Wander Borges, com três deputados, este deputado e os deputados Emidinho Madeira e Fábio de Avelar, depois de muitas reuniões, muita conversa, optou em prosseguir este mandato ouvindo o desejo, o interesse do povo mineiro.

Digo isso, caro deputado Rogério Correia, deputados e deputadas, porque, na última eleição, apoiamos - e eu acompanhei o meu partido - o candidato do PSDB, Pimenta da Veiga, que teve como vice o meu amigo, meu irmão, Dinis Pinheiro. Por outro lado, tivemos a candidatura do PT, com o Pimentel e o Toninho Andrade. Porém ocorre que o nosso trabalho foi feito na campanha eleitoral durante a eleição. Agora estamos vivenciando um novo momento na política de Minas Gerais. É preciso, mais do que nunca, que neste momento possamos ouvir a voz dos mineiros e das mineiras, porque os mineiros e as mineiras, tanto os que votaram em Pimenta da Veiga ou em Pimentel, querem neste momento uma Minas para a frente, uma Minas pungente, uma Minas crescendo, sobretudo com igualdade social e valorização das pessoas. E é essa Minas que queremos aqui, junto com o PTdoB, defender e projetar para o futuro.

Portanto nós e o nosso partido, o PTdoB - e o deputado Fábio de Avelar está aqui -, estamos fazendo parte do Bloco Minas Melhor, bloco formado por 32 deputados cujo objetivo é fazer com que o governo que aí está, o governo Pimentel, tenha a governabilidade necessária para desenvolver os projetos de que Minas precisa. Acreditamos, sim, no projeto do governo Pimentel e queremos, juntamente com meus companheiros do PTdoB e dos demais partidos que compõem a base do governo e, por que não?, com a oposição, porque ela tem um papel relevante, importante e, acima de tudo, democrático, de fazer com que o governo possa, no caso de necessidade, corrigir rotas.

Então é com essa disposição, com esse desejo e com essa vontade que estamos aqui, neste nosso segundo mandato, para trabalharmos muito mais ainda, porque, se já trabalhamos bastante no primeiro mandato, se conseguimos construir e projetar coisas boas tanto para as regiões que representamos quanto para Minas Gerais, com a experiência do primeiro mandato, o mandato passado, temos obrigação de fazer ainda muito mais. É com esse objetivo, com essa disposição, que nós, do PTdoB, firmamos esse compromisso com o povo de Minas, a fim de caminharmos com o governo justamente para que faça um ótimo, um excelente governo.

Quem deve sair ganhando, no final destes próximos anos, é o povo de Minas Gerais.

Gostaria de dizer que foi com muita alegria e satisfação que, dentro dessa composição, tive a oportunidade, deputada Cristina, de ser eleito, juntamente com V. Exa., eu como presidente, e V. Exa. como vice-presidente, para dirigir os trabalhos da Comissão de Cultura. Essa é uma comissão extremamente importante, relevante, que vai ajudar muito este Parlamento, sobretudo ouvindo as regiões, ouvindo os segmentos que fazem parte da nossa cultura, que é maravilhosa, que é riquíssima, que é diversificada e que faz a diferença entre Minas Gerais e os outros Estados do Brasil.

Também tive a oportunidade de ficar como vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, que é muito importante. Conteí ainda com o apoio dos companheiros do Democratas e do PSDB para que fosse possível assumir essa vice-presidência tão importante. O caro deputado Gustavo Corrêa, membro efetivo dessa comissão, foi um interlocutor que também tornou possível o privilégio de minha atuação como vice-presidente.

Portanto, o processo legislativo está criado, está montado, está elaborado. Agora compete a cada um de nós, com o comprometimento que temos com o nosso eleitorado, com o nosso povo, fazer o melhor e ter o discernimento e a sabedoria para decidir as melhores leis e os melhores projetos para Minas Gerais.

Concedo aparte, com muito prazer, ao nosso líder Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Bosco, é um prazer escutar V. Exa. Como líder do nosso Bloco Minas Melhor, afirmo que é um prazer ter o PTdoB e seus três representantes conosco nesse bloco.

V. Exa. disse muito bem: o nosso governo se inicia depois de outra experiência, com diferenças evidentes em relação ao nosso programa de governo, cuja construção V. Exa. também ajudou a fazer. São contradições que existem na política brasileira, diante da ausência de uma reforma política, as quais temos de entender como peças fundamentais ao funcionamento e à governabilidade necessária, tanto no Estado de Minas Gerais como no Brasil.

É claro que a presença do PTdoB nos fortalece e nos dá a garantia para que esse programa e as mudanças necessárias, que foram escolhidas pelo nosso povo, possam ser feitas. Essas mudanças realizadas em sintonia com a Assembleia Legislativa encontram mais facilidades que se fossem feitas sem ouvir esta Casa. Nosso respeito à oposição e ao pensamento distinto e diferente tem de permanecer. No entanto, também é nossa incumbência construir aqui um ambiente favorável às mudanças propostas pelo governo e que foram avaliadas e abalizadas pelo voto popular. Entendo a necessidade da presença de V. Exas., nesse contexto, para a formação de nosso bloco.

Mais que isso, entendo também, Deputado Bosco, que V. Exa. e os companheiros do PTdoB têm experiência e trazem das regiões assuntos que são fundamentais para Minas Gerais. Araxá está de novo presente no bloco do governo. Tenho a certeza de que terá um





tratamento muito especial do nosso querido governador Pimentel. V. Exa. será um grande representante, mais uma vez, dessa região de Minas. Parabéns, mais uma vez, pelo seu trabalho passado. Já o parabenizo também pelo que fará no futuro.

O deputado Bosco\* - Muito obrigado, deputado Rogério Correia. O tempo é muito curto, são apenas 15 minutos. Gostaríamos de conceder novos apartes, mas tenho dois assuntos que não poderia deixar de pelos menos citar aqui.

O primeiro deles é com relação a um grande projeto, a um megaprojeto iniciado na gestão passada, deputado Gustavo Valadares. Refiro-me ao projeto da construção da fábrica de amônio no Município de Uberaba, fruto de uma parceria do governo do Estado passado com o governo federal.

Esse projeto já foi iniciado e conta atualmente com 800 funcionários trabalhando, a todo o vapor, na construção dessa fábrica de amônia em Uberaba. Essa fábrica vai revolucionar a história de nosso país, sobretudo no agronegócio, porque sabemos que o agronegócio é um grande setor e é imprescindível para o desenvolvimento deste país. Além disso, importamos mais de 50% de amônia. Com essa fábrica que está sendo construída, vamos ser autossuficientes para atender à demanda do setor de mineração, sobretudo da produção dos fertilizantes que utilizamos no País, principalmente na região do Triângulo.

Nesse acordo feito entre o governo do Estado e o governo federal, deputado Fábio de Avelar, o governo do Estado de Minas Gerais se comprometeu a construir o gasoduto, ou seja, levar o gás natural até Uberaba. Daí surgiu um grande projeto na gestão passada. O gasoduto, em vez de partir do Estado de São Paulo para Uberaba, como previsto inicialmente, partiria de Minas para Minas, saindo da região metropolitana. Ele teria uma extensão, um eixo de mais de 400km, passando por diversas cidades importantes do Centro-Oeste de Minas, do Alto Paranaíba e do Triângulo. Estamos aqui para defender esse projeto do gasoduto mineiro, a fim de que possa sair de Minas para Minas, beneficiando sobretudo a indústria mineira. Mais de 50 cidades poderão ser beneficiadas com esse gasoduto no futuro. Serão mais de 310 mil funcionários e mais de 400 empresas espalhadas nesse eixo, nessas cidades. Esse é um projeto importante, que tem o nosso apoio, tem o apoio sobretudo da bancada do Centro-Oeste, do Alto Paranaíba e do Triângulo. Ele vai revolucionar nossa indústria mineira e contribuirá, sobremaneira, para o desenvolvimento do nosso estado.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) - Deputado Bosco, queria cumprimentá-lo. V. Exa. é uma grande liderança de Araxá, cidade de que gosto tanto e que estamos vendo crescer ao longo dos anos. Fomos companheiros nas Câmaras Municipais de Uberlândia e de Araxá, no antigo PFL, aliás. V. Exa. está tocando num ponto muito importante. Araxá é uma cidade maravilhosa, e o povo mineiro precisa conhecê-la. É uma cidade que tem não só o Grande Hotel, mas a generosidade e o carinho daquele povo. Ela é uma cidade maravilhosa para passear com a família, representa a paz, a tranquilidade e a alegria de Minas Gerais.

Queremos dizer-lhe, Deputado Bosco, que esse projeto do gasoduto é muito importante, começou na nossa região quando tínhamos o Rondon Pacheco como chefe da Casa Civil. Ele ficou sabendo, através dos japoneses, que o cerrado poderia ser produtivo, então se juntou a Alysson Paulinelli e, juntos, fizeram o Polocentro. Nossas terras não valiam nada. Rondon Pacheco foi governador de Minas Gerais e colocou a Fosfértil em Uberaba, embora Uberaba fosse uma cidade de pecuária. A região do grande Triângulo e Alto Paranaíba, no cerrado, seria um dos lugares mais prósperos de Minas Gerais. Os japoneses já haviam lhe ensinado isso, quando ainda era chefe da Casa Civil em Brasília. Esse projeto de levar o gasoduto para a cidade de Uberaba, passando por todo o Triângulo, foi muito importante.

Quero parabenizar-lhe, Deputado Bosco, e dizer que essa é uma das grandes lutas que nossa bancada do Triângulo e Alto Paranaíba, do Centro-Oeste, tem de fazer nesta Casa para a viabilização desse gasoduto. Parabéns, Bosco, V. Exa. é um deputado que merece estar onde está, pois é um homem trabalhador. Araxá está muito bem representada nesta Casa por V. Exa.

O deputado Bosco\* - Encerro minhas palavras dizendo aos profissionais da educação, principalmente aos afetados pela Lei nº 100, que estão vivendo dias negros, que estamos atentos a esse assunto e ao seu futuro. A Assembleia está fazendo um debate amplo, mas não podemos deixar que o calor da emoção dos deputados da situação e da oposição defina o futuro de mais de 50 mil servidores sem que essa definição traga segurança e estabilidade. Então, precisamos ter muita tranquilidade, discernimento, sabedoria para decidir o futuro desses servidores, porque a responsabilidade é grande e não podemos criar falsas expectativas. Temos de trabalhar com a verdade e em busca de uma solução definitiva. Muito obrigado, presidente. Muito obrigado, deputadas, deputados.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* - Exmo. Sr. Presidente, em cuja pessoa cumprimento os membros da Mesa, colegas parlamentares. Quero hoje falar do início dos trabalhos da nossa Comissão de Direitos Humanos, que presido. Temos a difícil missão, deputada Marília, de substituir o companheiro do nosso partido e hoje líder do governo, deputado Durval Ângelo, que durante bom tempo de sua vida legislativa se dedicou à defesa das minorias e dos direitos humanos. Ele impôs na Casa e na comissão a sua marca, o seu estilo, o seu perfil. Sei do tamanho do desafio que é substituir um companheiro que contribuiu muito para o debate dos direitos humanos em Minas Gerais.

É claro que nossa participação nessa comissão será preservar elementos fundamentais que foram instituídos ao longo dos anos, mas também traremos novos elementos. Acredito que um dos nossos maiores desafios, que não é apenas uma obrigação do presidente, e sim uma responsabilidade de todos os membros, é fazer com que haja uma reconceituação do papel da Comissão de Direitos Humanos.

Existe uma deturpação das prerrogativas e da luta da comissão, que precisa ser redefinida com a sociedade. Alguns dirão que ela passa a mão na cabeça de bandido; outros dirão que ela defende a união entre pessoas do mesmo sexo, de *gays* - falando de forma pejorativa; outros dirão que ela trata de assuntos não relevantes para a sociedade. Talvez não haja obra tão importante para um político como cuidar da vida das pessoas. O nosso grande objetivo será garantir a preservação da vida, os direitos civis, políticos e econômicos previstos na nossa Constituição e nos tratados de que o Brasil é signatário, como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A nossa comissão também terá o objetivo, com a Comissão de Segurança Pública, de pensar um pouco sobre o modelo de segurança que temos hoje em Minas Gerais. O deputado Sargento Rodrigues é um membro muito atuante nessa temática, visitou-nos na Comissão de Direitos Humanos e até propôs emenda a requerimento de minha autoria. Queremos debater o modelo socioeducativo no



Estado partindo do diagnóstico do que temos e o que queremos. Não tenho informações, não conheço quem diga que existe um modelo ideal em algum lugar. Se houver, iremos copiá-lo. As boas experiências são aquelas que razoavelmente conseguem ter melhores resultados do que aqueles que estamos tendo e precisam ser observados com atenção. É claro que não nos pode faltar criatividade suficiente para pensar em modelos próprios.

Então, este também é um debate que vai nos ocupar, e vamos fazê-lo em consonância, em parceria com os atores aqui da Casa.

Preciso também dizer que, num contexto em que presido a Comissão de Direitos Humanos, sendo essa uma temática importante para o nosso mandato, sendo um debate das minorias, dos direitos sociais, que esteve presente na campanha do governador Fernando Pimentel, não há como deixar de citar a reforma administrativa enviada a esta Casa, dentro de toda a compreensão da mudança em geral, mas fazendo um recorte especial na criação da Secretaria de Direitos Humanos. É importante debater as políticas públicas, mas é preciso ter vazão, espaço, condição de implementá-las. Então, vejo que o Fernando Pimentel, nosso governador, ao estabelecer a criação dessa secretaria, sinaliza de maneira muito forte para todos os atores, movimentos, entidades, todas as pessoas que trabalham na luta pelos direitos humanos. Isso traz para nós uma grande expectativa: a de que a comissão tenha no Poder Executivo o espaço devido para fazer esse diálogo.

Quero também, companheira Marília, inspirado na sua iniciativa, juntamente com as demais parlamentares, de criar a bancada das mulheres, falar da importante aprovação no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados da lei que torna crime hediondo o feminicídio. O Estado brasileiro e o nosso Congresso avançam nos direitos da defesa das mulheres quando aprovam uma lei tornando isso crime hediondo, endurecendo as penas, inclusive as circunstâncias em que esse crime ocorre. É um debate que também faremos. Vou pedir a sua colaboração, a sua militância para que nos ajude, na Comissão de Direitos Humanos, a defender os direitos das mulheres, a enfrentar a violência contra a mulher. Sabemos que, no Brasil, os dados são alarmantes. Muita gente vai dizer que não, que estamos fazendo uma segregação maior quando pegamos os segmentos que são os mais prejudicados, atacados pela ausência do poder público, e trazemos para essa discussão, mas vamos corrigir isso. Temos paciência. A comissão não será tribunal para fazer juízo de valor das mais diversas opiniões que temos, mas terá um papel pedagógico. Dentro do nosso objetivo, vamos trabalhar para que as pessoas entendam que, neste país, temos minorias que precisam de políticas específicas, para que possamos fazer correções, inclusive de injustiças históricas que temos no Brasil. Em Minas Gerais não é diferente.

Então, faremos também esse debate das mulheres. Como estamos entrando na semana do Dia Internacional das Mulheres, e a aprovação dessa medida se deu no decorrer desta semana, eu não poderia deixar de fazer da tribuna essa importante referência. Que o nosso país continue avançando nas políticas de inclusão!

Então, Sr. Presidente, agradeço aos colegas por terem ouvido essa nossa exposição. Coloco a comissão à disposição de todos. Que possamos, de uma maneira bastante consonante, trabalhar aqui com os vários atores que compõem esta Casa. É o meu primeiro mandato. Acredito que não há aquele que saiba tanto que não possa aprender e nem aquele que seja tão ignorante do ponto de vista político que não tenha algo a ensinar. Humildemente vamos aprender com os colegas e vamos trazer aqui a nossa reflexão, o nosso debate sobre temas importantes para a Casa. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente Hely Tarquínio, deputadas e deputados, 11 minutos é pouco para a dimensão do assunto que trago aqui, mas não poderia deixar de trazê-lo hoje.

No dia de ontem, o jornal *Estadão*, meio que de forma envergonhada, trouxe o seguinte assunto: o nome do senador Aécio Neves foi citado por Youssef, aquele que está preso e fazendo delação premiada, como receptor de propina das empresas da Operação Lava Jato. A repercussão, evidentemente, na imprensa, foi pequena, mas as palavras de Youssef foram contundentes.

Diz ele: (- Lê:) "O termo de colaboração nº 20 que registra a confissão do doleiro, no fim do ano passado, tem como tema principal Furnas e o recebimento de propina pelo Partido Progressista e pelo PSDB. Além de Aécio, são citados José Janene, o executivo Airtton Daré, sócio da empresa Bauruense. O doleiro disse que recolheu dinheiro de propina na empresa Bauruense cerca de 10 vezes. Em uma delas, o repasse não foi feito integralmente, e faltavam 4 milhões. Youssef afirmou aos investigadores ter sido informado de que alguém do PSDB já havia coletado a quantia pendente. Indagado pelos procuradores, Youssef declarou não ter conhecimento de qual parlamentar havia retirado, mas afirmou que o então deputado federal, Aécio Neves, teria influência sobre a diretoria de Furnas e que o mineiro estaria recebendo o recurso através de sua irmã, segundo o texto literal da delação, sem especificar a qual das duas irmãs" - nós sabemos, é a Andrea Neves - "o senador se referia. O delator disse ainda não saber como teria sido implementado o comissionamento de Aécio Neves.

Na delação, o doleiro descreve que de 1994 a 2001 o PSDB era responsável pela diretoria de Furnas. Youssef declarou que recebia dinheiro de Janene na cidade de Bauru e de São Paulo e enviava para Londrina. O doleiro disse ainda que os diretores da Bauruense poderiam fornecer mais informações sobre diretores de Furnas e declarou ao Ministério Público ter conhecimento de que há um inquérito sobre a empresa de Bauru no STF".

Por que trago este assunto aqui? Fui vítima do PSDB, que tentou cassar meu mandato durante toda a legislatura passada em conluio com a revista *Vêja*. Naquela ocasião, disseram que eu era falsificador da chamada Lista de Furnas, que diz exatamente isso que o doleiro Youssef está dizendo agora.

Depois de mim, o jornalista Carone ficou quase um ano com prisão preventiva na cadeia porque também denunciou no *Novo Jornal* as falcatruas feitas em Furnas, em diretorias que engordavam as campanhas eleitorais do senador, do candidato a governador Aécio Neves e de muitos outros. Carone ficou quase um ano na cadeia, teve um ataque cardíaco e quase morreu.

Nilton Monteiro fez a denúncia do mensalão tucano e depois a de Furnas. Ele ficou dois anos na cadeia mineira, na cadeia tucana, tido como falsário de tudo isso, sem nenhuma condenação, tudo através de preventiva. Foi solto exatamente quando a eleição acabou. Por quê? Porque também denunciou Furnas.

Os mineiros sabem que existiu caixa dois em Furnas. Há comprovações disso feitas inclusive pelo deputado, hoje prefeito de Pará de Minas e ex-presidente desta Casa, Antônio Júlio. Ele disse neste microfone que esse recurso existia e que ele próprio havia



recebido, não para ele, mas como repasse que Furnas fazia para formação de blocos próprios na Assembleia Legislativa e que isso teria sido repassado a um hospital. Ele disse isso aqui.

Roberto Jefferson confessou que recebeu o dinheiro de Furnas da mão de Dimas Toledo, que era o presidente de Furnas naquela ocasião - exatamente o valor que estava na lista.

A procuradora da República Andreia Baião fiscalizou a empresa Bauruense e apresentou denúncia - ela era do Ministério Público Federal - na Justiça. Isso se encontra na Justiça do Rio, com denúncia firmada pelo Ministério Público por meio da Dra. Andreia Baião. Isso tudo são provas contundentes.

Por que trago este assunto? Agora o Dr. Janot, contrariamente aos procuradores que analisaram o caso, recomendou que isso virasse *pizza* e que o inquérito contra o senador Aécio Neves não fosse aberto, porque ele não tinha provas.

Mas, pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há um ano saímos daqui, em avião de carreira, eu e os deputados Adelmo Carneiro Leão e Pompílio Canavez. Encontramo-nos em Brasília com o deputado federal Padre João e entregamos ao Janot, que já era do Ministério Público - era o procurador - todas as denúncias, pedindo que ele fiscalizasse o que tinha acontecido com Furnas, até no inquérito da própria procuradora da República que se encontra engavetado. O Dr. Janot tem todas as provas. Se quiser, tenho mais, tenho todas as provas que ele quiser sobre as falcaturas que eram feitas em Furnas.

Fui absolvido no Ministério Público Estadual de Minas Gerais depois de quatro anos. Analisaram todas as minhas contas, até na Assembleia Legislativa, todos os dados. O PSDB dizia que eu tinha usado a Assembleia Legislativa para falsificar a lista de Furnas. Fui completamente absolvido, deputada Marília Campos, e sabe qual foi o principal argumento que a procuradora usou? Que a lista era verdadeira, porque há, por parte da Polícia Federal, os dados da análise da lista, dizendo que ela é verdadeira em relação às assinaturas e que, portanto, não houve nenhum tipo de falsificação. O que falta é saber se o conteúdo dela é verdadeiro. Agora o Youssef diz: "É verdade, e veio de uma delas que é a Bauruense". Portanto, está atolado na Lava Jato e atolado em Furnas como sempre esteve o senador Aécio Neves, que gosta de se fingir de arauto da moralidade e da ética no País.

Sempre tratei esse assunto não desse ponto de vista mesquinho, que às vezes a pequena burguesia e a UDN gostam de tratar, mas como assunto de política. Trata-se de fazer no Brasil uma reforma política necessária, e o primeiro ponto é não receber dinheiro de empresas. Esse é o primeiro ponto fundamental de qualquer reforma política. Porque tudo isso a que dão nome de mensalão tucano, mensalão do PT, furnão, trensão, não sei o que do HSBC, é para a sustentação de campanhas políticas bilionárias neste país. Ou não é? Opa, petrolão também, furnão, trensão, todas. Qual dessas não teve dinheiro de empresas para fazer caixa dois? Qual partido político - não estou dizendo políticos - não se utilizaram desse mesmo esquema, que infelizmente existe, que é a coleta de dinheiro das grandes empresas e como é que isso resvala para caixa dois?

Mas preferem criminalizar a política a debater o assunto real da política. E um dos que mais gosta de fazer isso, como se fosse arauto da moralidade, é o senador Aécio Neves. Está ele aí, foi pego com a boca na botija. É o Aeçalão, como chamaremos agora, o Aeçalão de Furnas, da Bauruense, que já está comprovado. Com ele tem 156 políticos envolvidos na lista de Furnas, mais verdadeira que isso impossível. Está mais que comprovado. E quase fui cassado, porque diziam que eu tinha ajudado a falsificar uma lista. Depois disso, repito, o jornalista Carone ficou preso, teve ataque cardíaco na prisão, quase morreu. Ele dizia isso no *Novo Jornal*. Mais, o Newton Monteiro foi tido pelos tucanos como estelionatário. Pode ser que seja, mas foi ele quem fazia, até junto com a Bauruense, os pagamentos. Ele próprio foi condenado, juntamente com o Dimas Toledo, era um dos que fazia a transação da Bauruense com o PSDB, na época, em Furnas. Agora está aí.

Pediria ao Dr. Janot que investigasse esse caso também, que não fingisse que não há provas. Dr. Janot, isso não é verdade, o senhor tem as provas. Repito que eu e os deputados Padre João, Adelmo Carneiro Leão e Pompílio Canavez deixamos nas mãos de V. Exa., no Ministério Público Federal. Está lá, tenho o protocolo de tudo que foi recebido por V. Exa. Se não quiser confiar em mim e nos deputados, faça um favor, Dr. Janot, chame a Dra. Andreia Baião, procuradora que está ao seu lado, e peça a ela a denúncia do Ministério Público que ela própria entregou ao juiz, condenando a Bauruense, o Dr. Dimas e vários outros pela questão das falsificações e das propinas de Furnas.

Era isso que não poderia deixar de dizer. Tive de sofrer aqui, quatro anos, com o PSDB no meu calcanhar tentando se fazer de santo, especialmente o hoje deputado federal Domingos Sávio. Espero que ele, amigo pessoal do senador Aécio Neves, vá ao Ministério Público, também outro baluarte da moralidade. Vá lá e peça ao Sr. Janot. Se precisar, venha aqui, que lhe passo todas as provas. Sr. Janot, não é por falta de prova que o senhor vai deixar em liberdade o senador Aécio Neves.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/3/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Antonio Jorge**

nomeando Cristiano Machado do Carmo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Antônio Lerin**

exonerando Gisele Mezêncio Leal Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando Renner José Faria Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Gisele Mezêncio Leal Lima para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;



nomeando Renner José Faria Lima para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Arnaldo Silva**

nomeando Brenno dos Reis Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Cabo Júlio**

nomeando Flávio Henrique Inácio Miranda para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Carlos Pimenta**

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 26/2/2015, que nomeou Basílio Rodrigues Pereira Neto do cargo em comissão de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

exonerando Valdemir Donisete Dias do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Alexandre Albergaria de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Fred Costa**

exonerando Marilis Jandira Cavalieri do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Fernanda Ferreira dos Santos Porfírio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Luiz Felipe Gariff Garcia Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Marilis Jandira Cavalieri para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Gil Pereira**

nomeando Rosângela Margareth Monteiro Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

**Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro**

nomeando Tânia Maria Guimarães Diniz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Isauro Calais**

nomeando Eulinda Felício Silva Braga para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Antonio de Padua Cardoso Filho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do quadro de pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Henrique Sales Silveira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas;

nomeando Antonio de Padua Cardoso Filho para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 11/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Padrão iX - Informática Sistemas Abertos S.A. Objeto: serviços de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados (BRS Search; Net Answer 1.0 e VB Toolkit). Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25% - acréscimo de 5 licenças. Vigência: a partir da entrega das novas licenças. Dotação orçamentária: 10110112270120090001339000.



**ERRATAS**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 4/3/2015, na pág. 19, sob o título “Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro”, onde se lê:

“Wesley Salomé de Castro”, leia-se:

“Wesley Augusto Salomé de Castro”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 6/3/2015, na pág. 98, onde se lê:

“nomeando Daniel de Cassia Linhares”, leia-se:

“nomeando Daniela de Cassia Linhares Couto”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/3/2015, nas págs. 13 e 14, nas quatro situações onde se lê:

“nomeando ... com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria”, leia-se:

“nomeando ... com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria”.